



Rua XV de Novembro, 1155, Sala 1605, Centro  
Curitiba, Paraná, Brasil (80.060-000)  
Vanilda Rosângela de Souza – Diretora  
[vanilda.souza@sysflor.com.br](mailto:vanilda.souza@sysflor.com.br)

## RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO FASE 2 PARA CERTIFICAÇÃO DE MANEJO FLORESTAL E CADEIA DE CUSTÓDIA DESDE A FLORESTA ATÉ A SAÍDA DO PRODUTO DA EMPRESA

**Lwarcel Celulose Ltda.**  
**SYS-FM/CERFLOR-0009**

Rodovia Marechal Rondon, km 303,5 - Caixa Postal 441, Lençóis Paulista, São Paulo, Brasil, 18682-970  
Contato do Cliente: Ariel Evandro Fossa - [afossa@lwarcel.com.br](mailto:afossa@lwarcel.com.br)  
Website do Cliente: [www.lwarcel.com.br](http://www.lwarcel.com.br)

DATA DE CERTIFICAÇÃO	VALIDADE
18/12/2018	17/12/2023

DATA DA AUDITORIA DE CAMPO
05 a 09/nov./2018
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO
13/12/2018

### Organização do relatório

Este relatório corresponde ao resultado da avaliação de certificação pela equipe de auditores e está dividido em duas seções. Na seção A, está o Resumo Público e as informações básicas requeridas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – CERFLOR/ Programa Brasileiro de Certificação Florestal). Esta seção é disponibilizada ao público em geral e tem o objetivo de proporcionar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais, do plano de ação em relação às florestas e do resultado final da avaliação. A seção A será disponibilizada por e-mail sempre que solicitada e também está disponível para consulta no website da Sysflor ([www.sysflor.com.br](http://www.sysflor.com.br)). A seção B contém as informações mais detalhadas para o uso do Empreendimento de Manejo Florestal - EMF.

## PREFÁCIO

A Sysflor é um organismo de avaliação independente, acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre) para conduzir o processo de avaliação do manejo florestal, sob o sistema de certificação do CERFLOR. Os Empreendimentos de Manejo Florestal (EMF) que cumprirem os padrões de manejo florestal podem ser certificados e usar o logotipo do CERFLOR para fins de mercado, com supervisão regular da Sysflor. O processo de avaliação inicial é composto por duas fases, Auditoria Fase 1 e Auditoria Fase 2. A Auditoria Fase 1 visa fornecer ao EMF um claro entendimento sobre as normas para certificação CERFLOR; propiciar o desenvolvimento de um claro panorama sobre o sistema e práticas de manejo do EMF, incluindo informações necessárias para planejar a avaliação fase 2 e, por último, identificar possíveis áreas de não conformidade com os Princípios e Critérios de Manejo Florestal do Cerflor. O objetivo da auditoria Fase 2 é:

- Determinação da conformidade do sistema de gestão do cliente, ou de parte desse sistema, com os critérios de auditoria;
- Avaliação da capacidade do sistema de gestão para assegurar que a organização (cliente) atenda aos requisitos estatutários, regulamentadores e contratuais;
- Avaliação da eficácia do sistema de gestão para assegurar que a organização (cliente) atenda continuamente aos seus objetivos definidos;
- Conforme aplicável, identificação de áreas para possível melhoria do sistema de gestão.

Auditorias de recertificação são realizadas ao final do ciclo de validade do certificado, de forma a permitir a renovação da certificação do manejo florestal. O objetivo da auditoria de recertificação é confirmar a conformidade e a eficácia contínua do sistema de gestão, e a sua contínua relevância e aplicabilidade ao escopo de certificação. Incluindo os seguintes tópicos:

- A eficácia de todo o sistema, considerando mudanças internas e externas, e sua relevância e aplicabilidade contínuas ao escopo de certificação;
- Comprometimento demonstrado para manter a eficácia e melhoria do sistema de gestão, a fim de melhorar o desempenho global;
- A eficácia do sistema de gestão em relação a atingir os objetivos do cliente certificado e os resultados esperados do respectivo sistema de gestão.

A auditoria principal (Fase 2 e a de recertificação), objeto deste relatório, é baseada em um processo de amostragem da informação disponível. Um resumo público da avaliação inicial está disponível por e-mail, sempre que solicitado e também está disponível para consulta no website da Sysflor ([www.sysflor.com.br](http://www.sysflor.com.br)).

Os critérios de auditoria são utilizados como referência para determinação da conformidade e consideram:

- Os requisitos estabelecidos nas normas de certificação CERFLOR aplicáveis;
- Os processos definidos e a documentação do sistema de gestão desenvolvido pelo cliente.

A Sysflor convoca equipes interdisciplinares de especialistas em recursos naturais e outros peritos na área florestal para conduzir o processo de avaliação do manejo florestal. As equipes de avaliação coletam e analisam documentos e registros, conduzem entrevistas com os funcionários dos Empreendimentos de Manejo Florestal (EMF) e com partes interessadas e, realizam auditorias de campo e de escritório nas Unidades de Manejo Florestal (UMF), como parte da avaliação de certificação. Após completar a fase de levantamento das evidências, a equipe de auditoria da Sysflor determina a conformidade do EMF no atendimento aos Princípios e Critérios do CERFLOR.

## SUMÁRIO

<b>SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO</b> .....	<b>5</b>
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b> .....	<b>5</b>
1.1 Informações de Registro do Certificado .....	5
1.1.1 Informações gerais sobre a organização .....	5
1.1.2 Escopo do Certificado .....	5
1.2 Dados do Manejo Florestal .....	10
1.2.1 Floresta de Produção .....	10
1.2.2 Produtos .....	11
1.2.3 Áreas de Conservação.....	11
1.3 Áreas fora do escopo da certificação (Certificação Parcial/ Excisão) .....	11
1.4 Informação Social .....	12
1.5 Uso de pesticidas e outros produtos químicos .....	12
<b>2. DESCRIÇÃO DO MANEJO FLORESTAL</b> .....	<b>13</b>
2.1. Plano de Manejo Florestal .....	13
2.2. Contexto Socioeconômico .....	17
2.3 Direito de Uso e Posse da Terra .....	17
<b>3. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO</b> .....	<b>18</b>
3.1 Padrões utilizados .....	18
3.1.1 Padrões aplicáveis credenciados pelo INMETRO .....	18
3.1.2 Padrões utilizados em auditorias combinadas .....	18
3.2. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF) .....	18
3.3 Processo de Avaliação .....	19
3.3.1. Etapas do processo de avaliação.....	19
3.3.2. Metodologia e estratégias empregadas .....	19
3.3.3 Determinação de Conformidade .....	20
3.4. Processo de Consulta às Partes Interessadas .....	21
3.5. Cronograma e Equipe da Avaliação .....	21
3.5.1 Itinerário e Atividades de Avaliação .....	21
3.5.2 Tempo total dedicado à avaliação .....	24
3.5.3 Equipe de Avaliação.....	24
<b>4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO</b> .....	<b>25</b>

<b>4.1 Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe, onde aplicáveis.....</b>	<b>25</b>
<b>4.2 Resumo das constatações da avaliação .....</b>	<b>31</b>
<b>4.3 Não conformidades e Oportunidades de Melhoria Existentes .....</b>	<b>31</b>
<b>4.4 Descrição das Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria .....</b>	<b>35</b>
<b>5. DECISÃO DA CERTIFICAÇÃO .....</b>	<b>43</b>

## SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

#### 1.1 Informações de Registro do Certificado

##### 1.1.1 Informações gerais sobre a organização

<b>Nome da Empresa</b>	Lwarcel Celulose Ltda.		
<b>Pessoa para Contato</b>	Ariel Evandro Fossa		
<b>Endereço</b>	Rodovia Marechal Rondon, km 303,5 - Caixa Postal 441, Lençóis Paulista, São Paulo, BRASIL - 18682-970	<b>Telefone</b>	(14) 3269-5100
		<b>Fax</b>	
		<b>e-mail</b>	<a href="mailto:afossa@lwarcel.com.br">afossa@lwarcel.com.br</a>
		<b>Website</b>	<a href="http://www.lwarcel.com.br">www.lwarcel.com.br</a>

##### 1.1.2 Escopo do Certificado

Tipo do Certificado	<input checked="" type="checkbox"/> UMF única	<input type="checkbox"/> UMF múltiplas (ou multi-site)
	<input type="checkbox"/> Grupo	
Membros de Grupo <i>(se aplicável)</i>	-	
Número de UMFs no escopo do certificado	1 (219 fazendas)	
Localização Geográfica das UMFs	Latitude & Longitude: 22°34'15,75" S e 48°49'14,45" O	
<b>Área florestal total no escopo da certificação de manejo:</b>	<b>Unidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> ha <input type="checkbox"/>
Manejo privado	77.094,30	
Manejo estatal	0	
Manejo comunitário	0	
<b>Divisão da UMF em unidades manejáveis:</b>		
As unidades de áreas manejáveis da UMF são as fazendas. Estas, por sua vez, são divididas em projetos e talhões onde ocorre cada tipo de operação em dado momento.		

##### Quadro 1.1.2 - Lista das propriedades no escopo de certificação

Fazenda	Área Plantada (ha)	RL (ha)	APP (ha)	Infraestrutura e Outros Usos (ha)	Área Total (ha)
MAMEDINA	1.370,59	141,72	184,07	91,65	1.788,03
UNIÃO	738,72	102,26	38,25	35,71	914,94
SÃO LUIZ	191,82	25,44	18,64	11,88	247,78
SANTA RITA	157,23	51,88	14,16	21,14	244,41
LIMEIRA	1.301,45	188,46	47,25	76,73	1.613,89
CORVO BRANCO	91,98	29,03	11,36	144,08	276,45
IPIRANGA	428,38	238,54	32,68	24,63	724,23
RECREIO	574,45	101,95	16,83	54,20	747,43
TURVINHO I	772,51	189,12	125,87	50,04	1.137,54
PEREIRA	178,46	35,79	18,50	9,74	242,49
TURVINHO II	862,86	124,66	59,06	58,57	1.105,15
SELVA	970,84	143,81	58,13	58,22	1.231,00
BOA VISTA I	419,71	4,02	36,13	26,39	486,25
BOM RETIRO I	214,33	62,91	21,90	14,38	313,52

Fazenda	Área Plantada (ha)	RL (ha)	APP (ha)	Infraestrutura e Outros Usos (ha)	Área Total (ha)
TAPERA QUEIMADA	484,87	144,00	33,65	26,42	688,94
SANTA FILOMENA	39,21	35,95	27,71	3,30	106,17
MENDES-UNIÃO	141,92	47,35	23,20	9,35	221,82
ÁGUA DO CABOCLO	55,01	17,37	8,45	4,69	85,52
CAPIVARA II	82,12	25,36	8,33	3,94	119,75
TURVINHO IV	140,18	49,83	33,74	20,95	244,70
SANTA RITA II	132,13	86,04	-	12,98	231,15
TURVINHO III	462,62	36,48	18,91	26,34	544,35
NOVA AMÉRICA	1.078,11	273,52	129,51	61,70	1.542,84
SOSSEGO I	182,50	91,42	24,87	13,46	312,25
SOSSEGO II	376,18	90,57	27,91	16,97	511,63
SANTA IZABEL	686,44	84,66	77,95	38,71	887,76
BOM RETIRO II	56,57	8,46	16,82	5,24	87,09
LAGOA RICA	1.041,43	33,08	43,84	42,41	1.160,76
CAMPOS VERDES	628,75	79,46	28,28	31,77	768,26
PALMITAL	169,30	55,29	23,45	14,44	262,48
AGAÚ I	232,55	116,16	35,21	16,57	400,49
GLEBA B	2,89	-	-	12,07	14,96
GLOBO	507,00	155,75	47,21	25,02	734,98
ÁGUA DO PELINTRA	138,09	5,39	2,55	12,08	158,11
RONDON	65,11	-	2,14	5,41	72,66
BELA MANHÃ	111,70	83,18	14,86	6,33	216,07
TURVINHO V	335,39	109,04	40,41	14,48	499,32
SANTA CRUZ	80,17	-	-	4,12	84,29
SÃO ROQUE	89,29	55,76	3,53	5,81	154,39
LUNARDELLI I	385,19	303,77	140,87	50,01	879,84
PARAISO	57,79	16,77	15,19	6,07	95,82
CABREÚVA	701,98	434,45	77,64	314,89	1.528,96
ÁGUA BRANCA	72,65	48,77	-	6,85	128,27
SÃO JOSÉ	56,41	15,60	1,34	3,93	77,28
LONGEVITA	25,97	1,49	7,33	1,70	36,49
SANTO ANTONIO	43,77	-	-	1,93	45,70
VENTANIA	125,89	9,47	4,61	7,68	147,65
SANTA MARIA II	319,90	76,55	70,01	16,96	483,42
LUNARDELLI II	119,18	-	-	-	119,18
SÃO SEBASTIÃO II	77,84	0,88	15,09	5,21	99,02
SÃO SEBASTIÃO I	63,42	16,94	4,72	6,14	91,22
RAINHA DA PAZ I	25,38	4,49	1,55	2,66	34,08
RAINHA DA PAZ II	41,32	5,76	1,48	2,96	51,52
SANTA LUZIA	46,88	-	-	2,83	49,71
SÃO JOÃO	113,87	149,59	32,47	13,43	309,36
SÃO BENEDITO	32,85	18,16	1,94	3,20	56,15
SÃO JOSÉ II	55,40	9,47	1,94	4,54	71,35

Fazenda	Área Plantada (ha)	RL (ha)	APP (ha)	Infraestrutura e Outros Usos (ha)	Área Total (ha)
MATÃO	41,88	3,81	3,12	4,16	52,97
SANTA ADELAIDE	53,10	6,80	9,98	5,64	75,52
SANTA ESTHER	811,77	174,33	77,17	35,69	1.098,96
AGAÚ II	38,06	-	-	2,02	40,08
NOVA FLORESTA	327,68	87,15	6,11	14,74	435,68
MONTE BELO	43,53	20,20	5,67	2,71	72,11
SÃO LUIZ II	91,07	29,03	17,51	6,44	144,05
REMANSO I	100,93	5,27	4,54	4,24	114,98
PETRÓPOLIS	43,08	3,64	2,50	2,42	51,64
NOVA CONCÓRDIA	325,44	112,71	32,40	16,62	487,17
FORQUILHA I	398,85	55,43	46,61	24,27	525,16
FORQUILHA II	123,68	64,88	-	8,50	197,06
SÃO JOÃO II	302,14	124,94	42,11	22,40	491,59
ARIZONA	144,90	11,78	21,54	8,61	186,83
NOVA ARIZONA	144,94	1,41	4,49	6,28	157,12
LAMBARI	189,06	40,23	18,89	9,54	257,72
SANTO INÁCIO	671,14	176,93	214,64	47,78	1.110,49
SÃO MARCELO	208,72	26,65	102,07	19,31	356,75
BOA VISTA II	371,96	92,85	46,30	42,50	553,61
SÃO JORGE	55,93	7,49	15,64	5,73	84,79
DOS ANGICOS	29,40	8,58	2,58	1,86	42,42
SANTO ANTÔNIO II	78,61	20,50	48,49	8,02	155,62
PROMISSÃO	170,73	46,42	24,62	19,08	260,85
SANTA ELIZA	551,86	132,14	40,02	34,52	758,54
SALTINHO	151,47	41,04	33,81	17,46	243,78
JATOBÁ II	86,59	26,34	7,62	10,87	131,42
SÃO LÁZARO I	32,70	14,90	7,03	3,51	58,14
VERA	60,32	13,36	-	4,90	78,58
PROGRESSO	243,72	77,88	25,19	18,54	365,33
RECANTO TRANQUILO	32,13	2,18	0,76	2,12	37,19
PAINEIRAS	107,89	102,47	19,96	7,52	237,84
LAGOINHA	66,15	-	-	5,43	71,58
ÁGUA DA PEDRA	114,89	11,42	5,10	9,37	140,78
ÁGUA PARADA	74,86	-	33,55	6,73	115,14
GRAMINHA I	47,62	4,98	-	4,98	57,58
SHANGRILÁ	511,11	260,36	81,05	46,78	899,30
GRAMINHA II	65,57	26,29	10,01	6,89	108,76
QUILOMBO I	66,44	16,13	11,96	4,29	98,82
QUILOMBO II	152,13	52,53	1,65	6,98	213,29
BOA ESPERANÇA I	84,85	34,64	9,57	9,22	138,28
BOA SORTE	48,41	-	-	6,62	55,03
REMANSO II	56,85	0,20	1,47	3,48	62,00
NOIVA DA COLINA	431,59	129,78	54,70	20,65	636,72

Fazenda	Área Plantada (ha)	RL (ha)	APP (ha)	Infraestrutura e Outros Usos (ha)	Área Total (ha)
SÃO LÁZARO II	8,14	-	-	1,19	9,33
SÃO BENTO	539,21	113,06	49,64	34,73	736,64
ÁGUA DA TAPERA	39,58	8,35	2,21	4,82	54,96
ESTIVA	406,35	74,95	21,62	17,28	520,20
SANTO ANTÔNIO III	129,34	16,58	-	7,24	153,16
GRAMADO	80,43	13,10	10,40	10,64	114,57
ESTIVA III	234,74	39,49	18,74	11,95	304,92
SANTA ROSA	537,85	104,67	42,00	29,95	714,47
SÃO GERALDO	8,77	6,16	-	1,31	16,24
SANTA HELENA	103,39	45,74	2,48	4,96	156,57
PARAÍSO II	107,83	3,73	15,37	7,42	134,35
NOVO RETIRO	94,44	5,14	2,08	4,54	106,20
RETIRO	68,62	13,96	4,48	4,34	91,40
FAVEIRO	125,24	18,70	8,34	7,13	159,41
BARRA GRANDE	231,42	20,17	20,78	16,93	289,30
PINHALZINHO	70,07	21,49	9,49	5,77	106,82
BOA ESPERANÇA II	248,23	20,73	12,88	9,73	291,57
CAMAPUÃ	244,19	17,36	6,90	9,68	278,13
LUPA	29,34	4,34	4,54	2,40	40,62
CACHOEIRINHA	21,41	2,08	4,95	2,65	31,09
RAINHA DA PAZ III	33,32	14,46	5,73	2,71	56,22
RIO VERDE	889,57	400,77	118,34	46,65	1.455,33
CONCEIÇÃO	179,75	89,64	21,70	13,35	304,44
ÁGUA DO SEGREDO	211,12	28,39	14,89	12,12	266,52
CONTORNO	78,23	38,53	22,56	5,78	145,10
ALAMBARI	442,27	78,22	36,42	15,15	572,06
SANTO ANTÔNIO IV	55,48	19,18	1,68	3,94	80,28
MARSITACA	275,32	56,33	17,73	12,68	362,06
KRIKA	86,58	8,37	-	7,04	101,99
SÃO MARCELO II	85,71	3,36	5,68	4,52	99,27
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA I	898,42	125,97	78,46	46,44	1.149,29
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA II	310,53	89,51	19,85	21,77	441,66
CLAVINOTE	239,81	18,32	8,77	13,28	280,18
JACUTINGA	540,91	264,69	195,77	49,19	1.050,56
SÃO JOÃO III	543,91	95,54	78,14	43,00	760,59
NELORE DA CLÁUDIA	200,64	48,77	34,09	12,64	296,14
DOM BOSCO	65,35	25,30	-	3,06	93,71
YPÊ	18,58	1,09	1,53	2,97	24,17
NOSSA SENHORA APARECIDA	15,94	-	6,21	2,15	24,30
SANTA AMÉRICA	314,01	235,39	103,54	27,41	680,35
SÃO JOÃO DO VEADINHO	237,63	37,80	26,96	19,57	321,96
RIBEIRÃO CLARO	73,80	6,96	3,81	5,72	90,29
FLOR DA NOROESTE	209,29	106,76	95,87	24,62	436,54



Fazenda	Área Plantada (ha)	RL (ha)	APP (ha)	Infraestrutura e Outros Usos (ha)	Área Total (ha)
GRACIFER	715,34	135,77	73,97	56,95	982,03
SÃO MANOEL	88,55	3,44	1,14	7,76	100,89
BONFIM	95,14	22,02	36,24	11,60	165,00
ESPERANÇA	530,18	310,92	233,57	36,86	1.111,53
VILA REAL	46,19	0,99	14,80	3,89	65,87
BELA VISTA II	187,24	22,18	46,94	15,77	272,13
GLÓRIA I	252,85	134,06	23,86	14,42	425,19
GLÓRIA II	122,44	10,69	7,94	4,65	145,72
CRISTO REI	228,26	54,02	58,46	14,10	354,84
PARAÍSO III	381,10	229,18	147,29	175,91	933,48
MARIA JÚLIA	304,78	49,13	46,63	23,85	424,39
SÃO PEDRO	610,82	257,22	210,97	60,16	1.139,17
BOCAINA	58,19	25,92	11,56	4,56	100,23
NOSSA SENHORA APARECIDA II	93,42	8,49	15,24	6,53	123,68
CONGONHAS	45,73	3,25	3,12	3,58	55,68
CANAÃ	234,10	-	-	12,67	246,77
SANTA THEREZINHA	259,95	118,71	64,86	17,13	460,65
PINDORAMA	36,53	16,66	2,68	3,62	59,49
CONCEIÇÃO II	193,18	77,07	2,89	11,55	284,69
REGINA	289,07	66,72	66,61	20,52	442,92
SÃO JOÃO IV	227,33	19,23	14,78	14,34	275,68
PAU D'ALHO	71,97	13,10	6,60	4,30	95,97
SÃO JOAQUIM	164,55	55,42	36,24	13,43	269,64
SÃO JOSÉ DO PAPIREMA	69,89	2,56	9,07	4,18	85,70
ANGOLA-KIRONGOZI	907,96	474,15	212,47	60,21	1.654,79
SÃO JOÃO DO TIBIRIÇÁ	131,75	103,03	59,90	8,19	302,87
OURO VERDE	40,50	1,92	0,83	3,58	46,83
SÃO SEBASTIÃO III	124,39	23,31	25,29	7,26	180,25
ILHA	143,28	28,03	45,22	11,51	228,04
BOA VISTA III	279,51	27,17	83,25	14,48	404,41
QUERÊNCIA	284,96	39,85	51,71	16,74	393,26
GUANDU	737,44	264,27	79,85	36,95	1.118,51
MARIA ANGÉLICA	74,65	39,90	33,34	6,16	154,05
BOA ESPERANÇA III	89,85	14,31	18,01	4,80	126,97
VÔ NÉLO	128,39	137,66	61,11	15,79	342,95
NOSSA SENHORA APARECIDA III	254,18	30,60	18,44	14,90	318,12
DOS ORIXÁS	326,28	81,12	45,63	16,47	469,50
SANTA HELENA II	223,50	135,78	13,55	12,39	385,22
DUAS PONTES	774,46	62,50	112,90	35,36	985,22
VARGEM RICA I	104,92	2,58	18,54	8,65	134,69
VARGEM RICA II	47,65	0,68	5,88	2,64	56,85
SANTA MARIA DO CAMBARÁ	195,22	32,72	31,51	14,81	274,26
SANTA ROSA II	207,05	17,77	4,01	16,06	244,89

Fazenda	Área Plantada (ha)	RL (ha)	APP (ha)	Infraestrutura e Outros Usos (ha)	Área Total (ha)
BOM JESUS	146,08	15,44	15,91	9,65	187,08
SANTA GENOVEVA	67,25	21,36	2,85	5,87	97,33
BOA ESPERANÇA IV	86,61	41,31	8,11	5,35	141,38
CONQUISTA	56,30	7,51	4,66	3,25	71,72
ÁGUA DAS PEDRAS II	42,50	17,41	1,28	4,26	65,45
LIBERDADE	71,64	34,86	12,73	6,07	125,30
BOA SORTE II	20,48	10,27	2,21	1,80	34,76
CONCEIÇÃO III	84,77	-	-	5,94	90,71
SARANDI	182,59	101,03	41,89	14,86	340,37
INDEPENDÊNCIA	136,39	13,76	36,88	7,26	194,29
SANTA MARIA III	104,09	3,13	11,22	9,94	128,38
NOVA ESPERANÇA	61,31	59,37	14,64	5,65	140,97
PADRE BENTO	243,88	49,65	52,22	14,25	360,00
BELA VISTA DO MIRIM	112,92	10,79	0,79	6,86	131,36
THALENTUS	282,82	59,86	24,66	13,76	381,10
SANTA HELENA III	341,42	161,28	40,31	19,85	562,86
SANTA INEZ	220,86	105,97	53,31	12,70	392,84
MIYADA	254,82	18,95	33,97	18,36	326,10
SÃO JOÃO V	300,90	9,26	12,24	22,85	345,25
CONGONHAS II	86,49	7,19	2,90	4,62	101,20
URUPÊS	337,59	145,99	132,35	393,51	1.009,44
CONCEIÇÃO IV	105,00	6,18	12,18	9,73	133,09
RIO FEIO	186,40	63,85	43,85	13,43	307,53
SÃO JUDAS TADEU DO INHEMA	147,05	49,64	45,94	10,94	253,57
PORTO BELO I	171,96	9,35	13,86	8,88	204,05
PORTO BELO II	107,95	5,75	11,33	4,63	129,66
SÃO MIGUEL	213,15	21,78	38,84	12,45	286,22
CARRETÃO I	822,51	164,93	53,35	34,36	1.075,15
CARRETÃO II	247,70	50,52	20,78	8,16	327,16
SANTA SILVIA	576,31	191,37	49,02	42,86	859,56
EIRÓ	79,47	9,52	-	4,73	93,72
LIBERDADE II	73,17	0,14	0,95	5,55	79,81
MATÃO II	176,58	92,66	37,21	19,14	325,59
REFLEM	871,38	39,74	43,08	40,98	995,18
<b>TOTAL</b>	<b>52.450,14</b>	<b>13.400,61</b>	<b>6.889,02</b>	<b>4.354,53</b>	<b>77.094,30</b>

## 1.2 Dados do Manejo Florestal

### 1.2.1 Floresta de Produção

Produtos florestais madeireiros	Área (ha)
Área total de floresta produtiva (i.e., florestas de onde a madeira pode ser colhida), classificada como “plantação”.	52.450,14
Sistema(s) Silvicultural(is)	Área sob o tipo de manejo (ha)

<b>Manejo equiâneo</b>	52.450,14
Corte-raso (amplitude da extensão do corte-raso )	3.000,00
Sob cobertura	
Outro:	
<b>Manejo multiâneo</b>	0
Seleção de árvores individuais	
Seleção em grupos	
Outro:	
<input checked="" type="checkbox"/> Outro: (exemplo, viveiro, área de recreação, quebra vento, bambu, sistema agro-pastoril, sistema florestal, etc.).	4.354,53
Taxa sustentável de colheita (metros cúbicos de tora) ou Área Anual de Corte (hectares), onde for disponível.	1.389.000 m <sup>3</sup> com casca
<b>Produtos florestais não-madeireiros (PFNM)</b>	
Área da floresta protegida da colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, para a produção de PFNM ou serviços.	0
Outras áreas manejadas para PFNM ou serviços	0
Produção comercial anual aproximada de PFNM incluída no escopo do certificado, por tipo de produto.	0
<b>Explicação das pressuposições e referência à fonte de dados sobre as quais as estimativas de colheita foram baseadas:</b>	
As estimativas de colheita são baseadas nos dados de inventário florestal contínuo realizado na empresa.	
<b>Espécies no escopo do certificado: Nome científico/latim (nome comum/comercial).</b>	
<i>Eucalyptus grandis</i> , <i>E. urophylla</i> e híbrido de <i>E. grandis</i> x <i>E. urophylla</i> .	

### 1.2.2 Produtos

<b>Produtos de madeira</b>	
<b>Nome do Produto</b>	
Madeira roliça (toras/toretas).	
<b>Produtos florestais não madeireiros</b>	
<b>Nome do Produto</b>	
Nenhum.	

### 1.2.3 Áreas de Conservação

Área com ou sem floresta, protegida contra colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, com objetivo de conservação.	20.289,63 ha
--	--------------

### 1.3 Áreas fora do escopo da certificação (Certificação Parcial/ Excisão)

<input type="checkbox"/> N/A – Todas as áreas florestais de propriedade ou manejadas pelo requerente estão incluídas no escopo.	
<input checked="" type="checkbox"/> O requerente possui e/ou maneja outras áreas florestais (Fazendas) que não estão sendo avaliadas.	
<input type="checkbox"/> O requerente deseja excluir do escopo da certificação partes da UMF sob avaliação.	
<b>Explicação para a exclusão das UMF e/ou excisão:</b>	A maioria das áreas fora do escopo são áreas que foram plantadas recentemente e que estão programadas para serem inclusas no escopo nas próximas auditorias. Também, estão fora do escopo áreas onde a madeira será destinada para geração

	de energia.
<b>Medidas de controle para prevenir a mistura de produtos certificados e não-certificados:</b>	<p>A empresa possui um Sistema de cadastramento das fazendas, que contém todas as informações das áreas. Há um planejamento anual que define as áreas a serem colhidas, as quais são monitoradas pelo Sistema de Controle informatizado da empresa. Todo o processo de colheita e saída de madeira da UMF estão interligados ao cadastro florestal, que bloqueia, automaticamente, a emissão da nota ou Controle de Transporte de Madeira - CTM em caso de erros. Todos os produtos certificados são identificados e rastreados através de planilhas de produção, romaneios e CTM.</p> <p>A empresa não possui fazendas parcialmente certificadas, o que evita qualquer tipo de mistura de produtos certificados e não certificados.</p>

**Descrição das Fazendas exclusas ou áreas florestais removidas do escopo da certificação:**

<b>Nome da Fazenda ou Talhão</b>	<b>Local (município, estado, país)</b>	<b>Tamanho (ha)</b>
SANTA MARIA	Lençóis Paulista	88,81
SÃO CARLOS	Lençóis Paulista	7,61
LAGEADINHO	Borebi	55,13
NOSSA SRA. DE LOURDES II	Borebi	118,20
MACACOS	Paulistânia	21,10
SANTA JOSEFINA	Pirajuí	191,74
COQUEIRAL	Paulistânia	167,42
ÔMEGA	Getulina	508,74
SÃO PAULO	Gália	1.043,61
TRÊS VALES	Duartina	198,60
PARAÍSO IV	Pirajuí	133,41
SANTA ROSA III	Espírito Santo do Turvo	106,03
SANTA LUZIA II	Bauru	103,26
CAPIM VELHO	Avaré	44,59
PEDRA PRETA	Avaré	79,98
LUCIANA	Pirajuí	253,63
SANTA MARIANA	Paulistânia	94,34
PARANÁ	Paulistânia	43,46
SÃO FRANCISCO PACHECO	Paulistânia	74,85
SÃO JOSÉ III	Paulistânia	40,63
SANTA TEREZA DO LIMOEIRO	Paulistânia	227,34
<b>TOTAL</b>	<b>10 Municípios</b>	<b>3.602,48</b>

**1.4 Informação Social**

<b>Número de trabalhadores florestais (inclusive prestadores de serviço) atuando na floresta no escopo do certificado (diferenciar por gênero):</b>	
441 Trabalhadores	33 Trabalhadoras
<b>Taxa de gravidade de acidentes</b>	2,4
<b>Taxa de frequência de acidentes</b>	69,8

**1.5 Uso de pesticidas e outros produtos químicos**

Nome comercial do pesticida/herbicida	Ingrediente Ativo	Quantidade aplicada anualmente ou (kg ou l)	Tamanho da área tratada anualmente (ha)	Motivos pelo Uso
Scout	Glifosato	7.165,42 kg	2.157,25	Capina química – preparo do solo
Scout	Glifosato	27.285,87 kg	16.330,94	Capina química – manutenção
Gli Up	Glifosato	61,62 kg	20,90	Capina química – preparo do solo
Gli Up	Glifosato	1.767,63 kg	979,71	Capina química – manutenção
Preciso	Glifosato	55,00 kg	59,47	Capina química – preparo do solo
Preciso	Glifosato	610,00 kg	400,52	Capina química – manutenção
Fordor	Isoxaflutol	407,59 kg	3.364,44	Capina química – manutenção
Flumyzin	Flumioxazina	79,48 kg	654,96	Capina química – preparo
Flumyzin	Flumioxazina	222,53 kg	3.645,44	Capina química – manutenção
Evidence	Imidacloprido	58,33 kg	2.289,49	Plantio - controle de cupins
Dinagro	Sulfloramida	7.596,37 kg	2.550,31	Combate à formiga – preparo de solo
Dinagro	Sulfloramida	75.451,98 kg	35.261,43	Combate à formiga – manutenção
Mirex	Sulfloramida	4.985,00 kg	1.546,12	Combate à formiga – preparo de solo
Mirex	Sulfloramida	33.632,00 kg	12.761,47	Combate à formiga – manutenção
K-Othrine	Deltametrina	96,00 kg	290,47	Combate à formiga – preparo de solo
K-Othrine	Deltametrina	254,00 kg	408,52	Combate à formiga – manutenção
Solara	Sulfentrazona	13,50 l	93,88	Capina química – preparo
Solara	Sulfentrazona	113,50 l	187,33	Capina química – manutenção
Savana	Clomazona + Carfentrazona	3,00 l	19,01	Aceiro químico - manutenção

## 2. DESCRIÇÃO DO MANEJO FLORESTAL

### 2.1. Plano de Manejo Florestal

<b>Objetivos do manejo:</b>
Os Objetivos que norteiam o Plano de Manejo Florestal da Lwarcel Celulose Ltda são: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Suprir a demanda de madeira das unidades industriais no curto e longo prazo;</li> <li>• Manter florestas bem manejadas, de acordo com os princípios de sustentabilidade;</li> <li>• Maximizar a produtividade das florestas e minimizar o custo da madeira;</li> <li>• Proporcionar aos colaboradores próprios e terceiros um ambiente de trabalho saudável e seguro;</li> <li>• Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores;</li> <li>• Proteger e conservar os recursos naturais nas unidades de manejo, e</li> <li>• Minimizar o impacto das operações sobre as comunidades nas quais a empresa interage.</li> </ul>
<b>Composição da Floresta e as Razões para a Seleção de Espécies</b>
Inicialmente, a fábrica de celulose da Lwarcel foi projetada para consumo de madeira de pinus, razão pela qual as primeiras áreas florestais adquiridas pela empresa eram de reflorestamento com Pinus sp. Em função da conversão da fábrica para consumo de madeira de eucalipto, os plantios de pinus foram substituídos por eucaliptos das espécies <i>Eucalyptus grandis</i> , <i>Eucalyptus urophylla</i> e seus híbridos. A escolha dessas espécies se deve ao fato delas apresentarem uma boa adaptação às condições edafoclimáticas da região onde a organização está instalada, elevada produtividade e madeira com excelente qualidade para a produção de celulose kraft branqueada de fibra curta.
<b>Descrição Geral e Sistema(s) de Manejo da Terra:</b>

Na Lwarcel, as operações florestais são realizadas pelas áreas de Silvicultura, de Colheita e Transporte, cujas atividades são planejadas, executadas e monitoradas de forma a atender à demanda de madeira da fábrica de celulose com elevado padrão de desempenho técnico e econômico, e respeitando critérios que asseguram adequada gestão dos impactos ambientais e sociais do empreendimento.

#### **Produção de mudas**

As atividades de Silvicultura se iniciam com a produção de mudas de eucalipto. Para atender à demanda de mudas dentro de padrões de qualidade compatíveis com as metas de produtividade de suas florestas, a Lwarcel mantém um viveiro próprio, com capacidade para produzir 7,5 milhões de mudas de eucalipto por ano. A produção de mudas é feita por clonagem, a partir de mini estacas apicais obtidas de touceiras cultivadas em mini jardim clonal.

Todas as atividades do viveiro – preparo do substrato, manejo nos diferentes ambientes, adubação, irrigação, etc. – são desenvolvidas de acordo com instruções de trabalho detalhadas e controladas, de forma a garantir altos índices de conformidade das mudas. Para evitar o surgimento de pragas e doenças, são adotadas medidas preventivas, como a desinfecção dos tubetes, remoção de resíduos de poda e de materiais rejeitados e orientações dos funcionários quanto à importância da detecção precoce de sintomas de pragas e doenças.

O controle de qualidade assegura a conformidade das mudas expedidas para o campo, que devem apresentar características específicas, incluindo rusticidade, ausência de indícios de praga, doença, danos físicos, entre outros.

#### **Formação e Manutenção dos Plantios**

A formação de plantações de eucalipto pode ser feita por implantação, reforma ou regeneração. A implantação refere-se ao primeiro plantio de eucalipto, realizado em área que, anteriormente, estava ocupada por outra cultura ou pastagem. A reforma é o plantio de mudas entre as linhas de tocos de um plantio de eucalipto já colhido, visando aumento de produtividade da área e em geral implicando em substituição de material genético. A regeneração, também chamada talhadia ou condução de brotação, é a formação de uma floresta a partir da brotação das árvores colhidas. Na Lwarcel, considera-se que a formação de um plantio de eucalipto começa com o planejamento de uso do solo (áreas novas), e termina com a realização do plantio (implantação ou reforma), ou da roçada de desbrota (regeneração).

#### **Preparo do Solo:**

Inclui atividades destinadas a propiciar condições adequadas para o posterior plantio das mudas de eucalipto. Conforme estabelecido no procedimento PF009-33: PREPARO DO SOLO, esta etapa considera: a realização de análise de solos, aplicação de calcário (e de corretivo, se houver prescrição), combate a formigas, roçada, aplicação de herbicida, subsolagem, adubação e construção ou manutenção de cercas. No caso de implantação, esta etapa inclui: construção de estradas e aceiros e atualização de mapas. Orientações detalhadas quanto à execução destas atividades estão estabelecidas formalmente em diversas instruções de trabalho que integram o sistema de qualidade da empresa.

**Plantio:** Esta etapa inclui as atividades de marcação das covas, preparo das mudas (retirada de tubetes), plantio (com plantadeira ou manualmente, dependendo das condições do solo), irrigação, inventário de sobrevivência aos 15 dias e replantio. Na Lwarcel, o plantio das mudas é feito com gel hidratado quando necessário, que assegura melhores índices de sobrevivência das mesmas e menor consumo de água. O replantio é feito quando o inventário de sobrevivência aponta uma perda maior do que 3% após 15 dias de plantio. O procedimento PF008-33: PLANTIO DE EUCALIPTO e a instrução de trabalho IF012-33: PLANTIO, REPLANTIO E IRRIGAÇÃO contêm as orientações detalhadas para realização das atividades desta etapa, bem como os indicadores de qualidade monitorados durante a mesma.

**Condução da Regeneração:** No caso de condução da brotação (talhadia ou regeneração), são realizadas atividades de inventário de sobrevivência, combate a formigas, controle de mato-competição, avaliação nutricional, adubação e desbrota. Através desta última atividade é selecionado o broto com melhores possibilidades de desenvolvimento, eliminando-se os demais. Instruções detalhadas para realização

desta etapa da formação de plantios estão contidas no procedimento PF010-33: REGENERAÇÃO e na instrução de trabalho IF011-33: ROÇADA DE DESBROTA.

**Atividades de Manutenção:** Até o momento da colheita, inúmeras atividades silviculturais são realizadas com objetivo de proporcionar as condições necessárias para que a floresta se desenvolva adequadamente, assegurando altos índices de produtividade e contribuindo para a qualidade final da madeira. Os procedimentos PF003-33: MANUTENÇÃO DE 0 A 1 ANO, PF004-33: MANTUENÇÃO DE 1 A 2 ANOS, PF005-33: MANUTENÇÃO DE 2 A 6 ANOS e PF006-33: MANUTENÇÃO DE 6 ANOS OU MAIS orientam a realização destas atividades, complementados por outras instruções de trabalho.

Em áreas de reforma ou implantação, a primeira avaliação de qualidade é realizada noventa dias após o plantio e são levantados os índices de sobrevivência, a densidade de plantio e as causas de perdas. Aos seis meses de idade é feita uma avaliação geral da mesma, onde são observados os índices de sobrevivência, densidade, homogeneidade, aspecto nutricional, mato-competição, formigas, outras pragas e doenças e conservação do solo, de acordo com parâmetros estabelecidos na instrução de trabalho IF007-33: OBTENÇÃO DO ÍNDICE LWARCEL DE QUALIDADE DE FLORESTAS. Em função da avaliação, cada talhão recebe uma nota entre zero a dez. Os resultados são então divulgados e permitem a adoção de medidas de correção, ajuste do processo de formação e manutenção inicial dos plantios, o que possibilita por sua vez, melhoria contínua do desempenho silvicultural da empresa.

No caso de áreas de condução de brotação é realizada uma avaliação de qualidade aos 90 dias após a colheita, onde são levantados os índices de sobrevivência, a densidade de plantio e as causas das perdas. Caso não atenda aos padrões mínimos exigidos, a área deve ser reformada. Para a realização das atividades nos talhões aptos a condução de brotação, deve-se seguir as orientações descritas no procedimento PF010-33: REGENERAÇÃO.

#### **Métodos de Colheita e Equipamentos usados:**

**Colheita e Transporte:** Na Lwarcel, as áreas a serem colhidas anualmente são definidas no *Plano Anual de Colheita*, um dos produtos do processo de *Planejamento Anual de Colheita*, elaborado com base no *Planejamento de Longo Prazo* e no *Plano de Produção de Celulose* da empresa. O planejamento de transporte é feito a partir do *Plano Anual de Colheita*.

Na definição das áreas a serem colhidas, bem como da sequência de corte das mesmas, a Lwarcel busca evitar a formação de grandes frentes de colheita em uma mesma região, minimizando assim a exposição de grandes áreas de solo em uma mesma microbacia, os impactos sobre a paisagem e as perturbações na área de entorno.

A realização da colheita e do transporte é cercada de cuidados que visam garantir a segurança das equipes de campo, a qualidade da madeira entregue na fábrica e o controle das quantidades colhidas e transportadas. Estes cuidados estão descritos no procedimento *PF029-33: COLHEITA E TRANSPORTE FLORESTAL* e nas diversas instruções de trabalho a ele relacionadas.

A colheita florestal é mecanizada, que envolve as atividades de derrubada e processamento da madeira com “Harvester” e a remoção da madeira realizada com “Forwarder”. O transporte engloba o carregamento e o transporte propriamente dito. Porém, várias outras atividades são realizadas para garantir os objetivos de segurança, qualidade e controle de quantidades. O conjunto completo de atividades que integram a colheita e o transporte é brevemente descrito a seguir.

**Macroplanejamento da Colheita:** Atividade em que são indicados os locais onde não é permitida a formação de pilhas de madeira, onde é definido o sentido do fluxo de veículos de transporte nas estradas e aceiros da área a ser colhida, e é verificada a necessidade de obras de manutenção ou complementação da infraestrutura, incluindo estradas. Antes do início das atividades de Colheita e Transporte de Madeira, a Lwarcel realiza contato com as pessoas das comunidades, levando ao conhecimento das mesmas, informações sobre a empresa e as operações florestais que estarão ocorrendo no local, promovendo abertura de diálogo entre as partes para que dúvidas, reclamações e solicitações sejam registradas e atendidas quando possível.

**Amostragem:** Seis meses antes do corte é feita a coleta de amostras para envio ao laboratório da fábrica de celulose, que analisa a qualidade da madeira a ser colhida. A ordem de derrubada dos talhões deve ser coerente com os resultados da análise. No caso das características da madeira não se apresentarem adequadas para produção de celulose, o lote pode ser disponibilizado para venda, conforme procedimento PF037-33: VENDA DE MADEIRA.

**Microplanejamento da Colheita:** Nesta etapa da colheita é elaborado um croqui de cada talhão a ser colhido e do seu entorno, com a localização de áreas de reserva, estradas, cercas, rede elétrica, etc., bem como a identificação, com base em vistoria de campo, do sentido da linha de plantio e dos locais de maior risco de acidente. A seguir, cada talhão é dividido em ramais de segurança, que são então marcados no campo, através de pintura de árvores.

**Colheita Mecanizada:** A colheita é realizada pelo trator florestal “Harvester”. Essa colheita é realizada de forma mecanizada, onde as atividades principais são a derrubada e o processamento da madeira. Nessa atividade também são verificados os índices de conformidade quanto à altura das cepas, descascamento, comprimento das toras e qualidade do empilhamento.

**Remoção da Madeira:** Após o corte, a madeira é removida de dentro do talhão para as bordas. Essa atividade é realizada por “Forwarder”, onde são verificados os índices de conformidade quanto à limpeza, comprimento, altura, alinhamento, utilização de travesseiros, localização e identificação das pilhas.

**Inventário de Estoque:** Com base em medições feitas de acordo com instrução de trabalho específica, é estimado o volume das pilhas de madeira. As informações de inventário são usadas para controle de estoque de campo e controle da produção de madeira para a fábrica.

**Carregamento:** Com uso de carregadeira florestal, a madeira empilhada na borda do talhão é carregada no caminhão de transporte, havendo cuidado para evitar a presença de contaminantes e a formação de “gaiolas” na carga, ou seja, espaços vazios entre os toretes. A seguir, a carga é medida para posterior expedição do Controle de Transporte de Madeira - CTM, que permite o controle do volume de madeira transportado por talhão e fazenda. Nesta etapa do processo, como nas anteriores, são efetuados controles destinados a garantir a correta identificação da madeira entregue na fábrica.

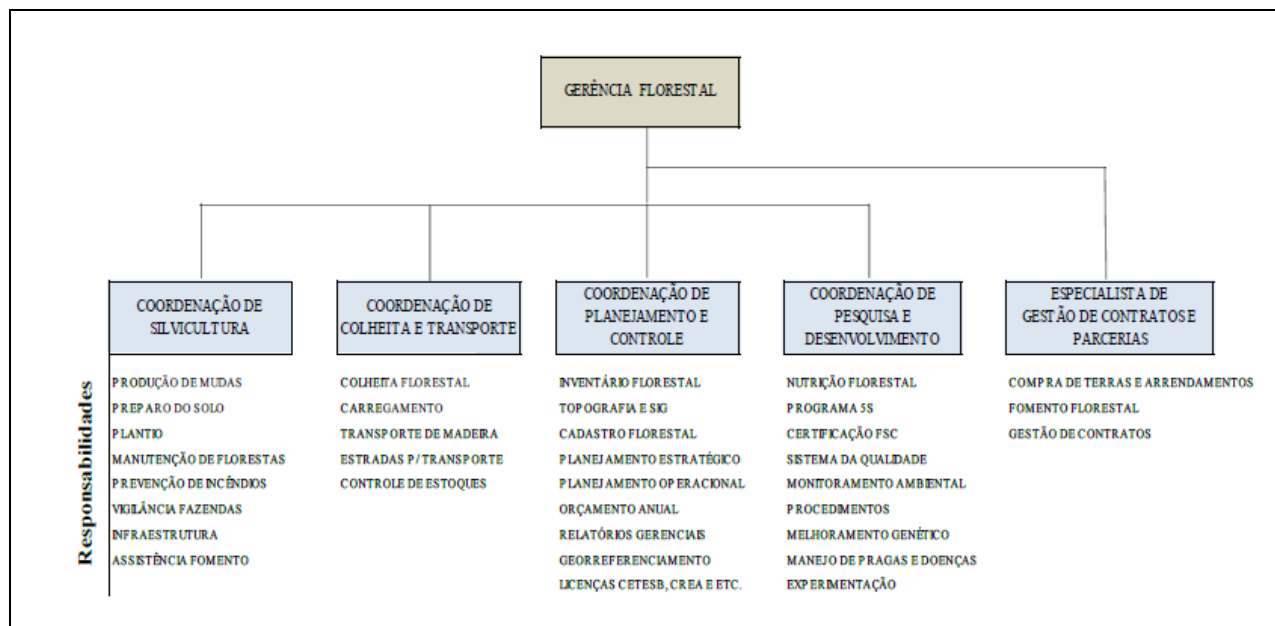
**Transporte:** O transporte de madeira até a fábrica é feito por caminhões próprios e terceiros, que devem seguir as orientações contidas nas instruções de trabalho pertinentes ao tema, em especial no que diz respeito às normas de segurança e cuidados ambientais.

**Manutenção de Estradas:** Atividades de manutenção de estradas são executadas continuamente, de maneira a assegurar as condições necessárias para o escoamento da produção florestal e sua entrega na fábrica de celulose. Para tanto, são seguidas as orientações contidas no procedimento PF012-33: CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E ACEIROS.

#### **Explicação da estrutura de manejo:**

Para a implantação e manutenção das diretrizes estabelecidas em seu Plano de Manejo Florestal, a Lwarcel conta com estrutura de gestão conforme o organograma abaixo apresentado.





## 2.2. Contexto Socioeconômico

O empreendimento de manejo florestal da Lwarcel está localizado na região Centro-Oeste do Estado de São Paulo e a fábrica de celulose está localizada no município de Lençóis Paulista. A Lwarcel conta com uma base florestal de 59.512 ha, sendo 17.548 ha (29%) em áreas próprias, 34.396 ha (58%) em áreas arrendadas e 6.568 ha (11%) através do sistema de fomento, distribuídas em 36 municípios da região. A maior parte dos municípios de atuação da Lwarcel encontra-se na região administrativa de Bauru, situada no centro-oeste do Estado de São Paulo, a qual apresenta uma densidade populacional predominantemente urbana. De forma geral, conforme indicadores socioeconômicos apresentados na Tabela 3 do PMF 2018 (p. 11 e 12), os resultados referentes aos municípios da área de influência mostram que:

- De todos os municípios que estão na área de influência da Lwarcel apenas o município de Iaras e Balbinos possui população rural superior à população urbana;
- Os municípios onde o percentual da população rural na extrema pobreza encontra-se acima de 10% são: Avaí, Borebi, Iaras e Pederneiras;
- 80,6% dos municípios de atuação da Lwarcel, o IDH está classificado em alto desenvolvimento, 13,9% em médio e 5,6% em muito alto. Deste modo, nenhum município se encontra em baixo ou muito baixo desenvolvimento. Isso significa que todos os municípios apresentam boas condições de saúde, educação e renda;
- A maior parte das florestas plantadas da Lwarcel está nos municípios de Agudos (10,9%), Avaí (9,9%), Borebi (9,5%) e Bauru (8,7%);
- Levando em consideração a área do município, as unidades de manejo da Lwarcel ocupam maior área no município de Borebi (15,85%), Paulistânia (11,50%), Cabralia Paulista (11,09%) e Avaí (10,41%).

## 2.3 Direito de Uso e Posse da Terra

A Lwarcel Celulose Ltda., foi fundada em 1984 e em 1986 iniciou a produção de celulose a partir de madeira de pinus. Inicialmente, a Lwarcel não possuía plantios próprios e toda a matéria-prima para a

fábrica era comprada de terceiros. A partir de 1999 a mesma passou a adquirir terras para produção de madeira. Atualmente, a Lwarcel possui seus plantios de eucalipto em áreas próprias ou em contratos de parceria. Todos os imóveis (próprios e arrendados) possuem matrículas, que foram disponibilizadas para avaliação. Da relação de imóveis integrante do escopo de certificação, foi analisada a matrícula do imóvel, CCIR, ITR (NIRF) e o respectivo contrato de Parceria, quando aplicável. Em todas fazendas foi evidenciado o direito de uso e posse da terra pela Lwarcel, quer seja pela descrição nas Matrículas das propriedades ou nos contratos de parceria verificados.

### 3. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO

#### 3.1 Padrões utilizados

##### 3.1.1 Padrões aplicáveis credenciados pelo INMETRO

Título	Versão	Data da Finalização
ABNT NBR 14789:2012 – Manejo florestal sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais.	3ª Edição	12 de dezembro de 2012
Portaria do Inmetro nº 547	-	25 de outubro de 2012
Portaria do Inmetro nº 54	-	28 de janeiro de 2014

##### 3.1.2 Padrões utilizados em auditorias combinadas

<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável. Não foi realizada uma auditoria combinada.
---

#### 3.2. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF)

<b>Escopo da Acreditação</b>	A Sysflor Certificações Florestais está acreditada pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre) para realização de processos de certificação de manejo florestal, com base nas normas ABNT NBR 14789:2012 e ABNT NBR 15789:2013, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo acreditador.
<b>Histórico da Sysflor</b>	A Sysflor foi fundada em 2007, com o objetivo de representar uma certificadora americana no desenvolvimento de projetos de avaliação independente para a certificação de manejo florestal e cadeia de custódia. Além destes dois programas, a Sysflor possui parceria para verificação e validação de projetos de carbono, verificação de legalidade (LHV) e certificação de biocombustíveis (ISCC, RSB e Bonsucro). Em maio de 2014 a Sysflor recebeu a acreditação, pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE) do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), para atuar como Organismo de Certificação Florestal (OCF), na certificação de manejo de plantações florestais CERFLOR, com base na norma ABNT NBR 14789. Em junho de 2015 recebeu acreditação, pelo mesmo organismo, para realização de Auditorias Florestais Independentes (AFI) e, em julho do mesmo ano, foi acreditada para a certificação de manejo de nativas CERFLOR, com base na norma ABNT NBR 15789.

	A Sysflor conta com uma equipe multidisciplinar de auditores locados em várias regiões do Brasil e vários clientes de manejo florestal e cadeia de custódia.
<b>Responsável pela Sysflor</b>	Vanilda Rosângela de Souza – Diretora
<b>Dados para Contato</b>	Endereço: Rua XV de Novembro, 1155, Sala 1605, Centro, Curitiba, Paraná, Brasil (80.060-000) Telefone: +55 (41) 3344-5061 E-mail: <a href="mailto:vanilda.souza@sysflor.com.br">vanilda.souza@sysflor.com.br</a> Website: <a href="http://www.sysflor.com.br">www.sysflor.com.br</a>

### 3.3 Processo de Avaliação

#### 3.3.1. Etapas do processo de avaliação

O processo de avaliação de empreendimentos de manejo florestal para a certificação CERFLOR compreende as seguintes etapas:

- *Planejamento inicial da auditoria*: elaboração do plano de auditoria, seleção da equipe de auditores, designação de tarefas, determinação do tempo de auditoria e determinação da amostragem para certificados multi-site;
- *Planejamento e realização de consulta pública e de reuniões públicas*: determinação de lista de partes interessadas, envio de carta consulta e agendamento de reunião pública na região de atuação da empresa;
- *Avaliação documental*: durante a auditoria é conduzida uma análise crítica da documentação da empresa quanto ao atendimento do CERFLOR;
- *Avaliações de campo*: nas inspeções de campo a equipe de auditores verifica o atendimento do CERFLOR nas atividades de manejo desenvolvidas pelo EMF;
- *Elaboração do relatório*: após a conclusão da auditoria a equipe de auditores elabora o relatório da avaliação listando todas as constatações observadas;
- *Planejamento de auditoria complementar e/ou de Follow-up (se aplicável)*: dependendo da situação podem ser requeridas auditorias complementares ou de verificação de atendimento às não conformidades;
- *Apreciação do processo de auditoria por parte da Comissão de Certificação*: após a finalização do processo a Comissão de Certificação aprecia o processo e recomenda a certificação ou não do EMF à Sysflor;
- *Emissão de relatório final*: após a avaliação de ações corretivas (se aplicável) e demais questões pertinentes o relatório final é emitido, juntamente com a Decisão de Certificação emitida pelo Comitê de Decisão da Certificação da Sysflor.
- *Emissão e publicação do relatório de auditoria*: um resumo público do relatório é disponibilizado ao público para consulta;
- *Auditoria de supervisão*: Uma auditoria de supervisão anual é confirmada com o cliente e realizada; o Relatório de Auditoria é preparado pela equipe de auditores e revisado pela Sysflor. O relatório final é emitido, juntamente com a Decisão de Manutenção ou não da Certificação emitida pelo Comitê de Decisão da Certificação da Sysflor. Um resumo público do relatório do relatório é disponibilizado ao público para consulta com os resultados da auditoria de supervisão.

#### 3.3.2. Metodologia e estratégias empregadas

A Sysflor convoca equipes multidisciplinares com conhecimentos em ciências florestais, ciências sociais, economia de recursos naturais e outras áreas relevantes para avaliar a conformidade do EMF com os padrões e políticas do CERFLOR. Os métodos de avaliação incluem a revisão de documentos e registros, implementação da estratégia de amostragem para visitar um amplo número de áreas florestais e tipos de atividades de colheita, observação da implementação dos planos e políticas de manejo no campo e análise das partes interessadas. Quando há mais de um membro na equipe, os membros da equipe podem rever partes dos padrões com base em suas experiências e especialidades. No último dia de uma avaliação, os membros da equipe se reúnem para deliberar conjuntamente sobre as suas constatações. Isto envolve uma análise de todas as observações de campo relevantes, dos comentários das partes interessadas, e dos documentos e registros revisados. Quando não for possível chegar a um consenso entre os membros da equipe devido à falta de evidências, evidências conflitantes ou diferenças na interpretação dos padrões, a equipe está instruída a relatar isso na seção da decisão da certificação e/ou em observações.

### **3.3.3 Determinação de Conformidade**

Os padrões para o manejo florestal, credenciados pelo INMETRO, consistem de uma hierarquia de três níveis: princípio, os critérios que correspondem a esse princípio e os indicadores de desempenho que detalham cada critério. Conforme os protocolos de avaliação da SYSFLOR, a equipe determina, coletivamente, se as operações do manejo florestal em questão estão em conformidade com todos os indicadores aplicáveis dos padrões relevantes de manejo florestal. Cada não conformidade deve ser avaliada para determinar se constitui uma falha em atender a uma ou mais requisitos da norma ou se representa uma situação que levante dúvida significativa quanto à capacidade de o sistema de gestão do cliente alcançar os resultados planejados. Portanto, a equipe deve usar o seu julgamento coletivo para avaliar cada critério e determinar se o EMF está em conformidade.

Ações corretivas são requeridas para cada Não Conformidade (NC) emitida. Oportunidades de melhoria também podem ser determinadas.

#### **3.3.3.1 Interpretação de Não Conformidade e Oportunidade de Melhoria**

*Não conformidade maior:* resulta (ou pode resultar) em uma falha fundamental em atingir os objetivos de um critério relevante do CERFLOR, em vista da natureza única e a fragilidade de cada recurso florestal. Para cada não conformidade maior o EMF deve avaliar profundamente a causa raiz e determinar o plano de ação corretiva e implementar a ação corretiva para resolver, de forma abrangente essa não conformidade. A Sysflor analisará criticamente o sistema de determinação da causa raiz, a correção e a ação corretiva adotada pelo EMF, bem como verificará sua eficácia para decidir sobre a concessão do certificado. Logo, a certificação depende da eficácia do EMF ao tratamento das NC maiores dentro do prazo estipulado.

*Não conformidades menores:* são não conformidades que estão tipicamente limitadas em escala ou que podem ser caracterizadas como uma falha incomum no sistema, nesse caso o EMF precisa analisar e estabelecer as correções, assim como planejar as ações corretivas para que o certificado seja concedido.

*Oportunidades de Melhoria:* Esses são casos em que a equipe de auditores constata conformidade, mas, que poderá resultar em inconformidade futura se não houver uma ação de melhoria. Ações sobre as oportunidades de melhoria são voluntárias e não afetam a manutenção do certificado. Entretanto, as

oportunidades de melhoria podem ser transformadas em não conformidades se o desempenho relacionado aos indicadores que as originaram caracterizar inconformidade.

### 3.4. Processo de Consulta às Partes Interessadas

De acordo com os protocolos da Sysflor, uma consulta com as principais partes interessadas é um componente integral do processo de avaliação. A consulta é realizada trinta dias antes, durante e após a auditoria de campo, com o objetivo de dar oportunidade aos participantes de fazer comentários, de acordo com as categorias gerais de interesses, com base nos Padrões Cerflor. Uma carta consulta acompanhada de um questionário é enviada às partes interessadas, por meio de correio físico e eletrônico, notificando-as da auditoria e solicitando comentários. Durante a auditoria é realizada também reunião pública em localidades estabelecidas, de acordo com o grau de atuação do EMF. Os comentários recebidos durante a consulta pública possibilitam a identificação e o cruzamento de informações durante a avaliação do manejo.

Os grupos de partes interessadas relevantes são identificados com base na lista das partes interessadas fornecida pelo EMF, partes interessadas identificadas durante a Auditoria Fase 1 e contatos adicionais de outras fontes.

### 3.5. Cronograma e Equipe da Avaliação

#### 3.5.1 Itinerário e Atividades de Avaliação

<b>Data: 05/11/2018</b>	
<b>UMF/Local/ sítios visitados</b>	<b>Atividades/notas</b>
Escritório EMF, Lençóis Paulista, SP	Reunião de abertura: Apresentação, atualização do cliente, revisão do escopo de auditoria, introdução/atualização sobre os padrões e protocolos do CERFLOR e da Sysflor, seleção final de sites para as inspeções de campo. Verificação de documentos e registros relativos aos aspectos sociais do manejo: avaliação de aspectos e impactos, canais de comunicação, programas sociais, entre outros; Verificação do programa de recuperação de áreas degradadas; Verificação dos Sistemas de Legislação Aplicável e o controle de documentação de Empresas prestadoras de serviços - EPS; Verificação de Certidões Negativas de Débitos – Estadual e Federal, da Lwarcel e EPS; Entrevista com colaboradores.
Villas Plaza Hotel, Lençóis Paulista, SP	Reunião Pública.
<b>Data: 06/11/2018</b>	
<b>UMF/Local/ sítios visitados</b>	<b>Atividades/notas</b>
Inspeção de Campo: Fazenda Mamedina – Lençóis Paulista, SP	Verificação do vigor, produtividade e sanidade dos povoamentos florestais; Verificação das condições das estradas.
Inspeção de Campo: Fazenda Ipiranga (010) – Borebi, SP	Vistoria em operações de aplicação de calcário, combate às formigas e adubação; Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho;

	<p>Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço;  Verificação de áreas de conservação e estradas;  Inspeção nas áreas de vivência e nos veículos de transporte;  Verificação de documentos dos trabalhadores;  Verificação de mapas vs verdade terrestre;  Consulta pública às comunidades locais.</p>
Inspeção de Campo: Fazenda Petrópolis	<p>Verificação do vigor, produtividade e sanidade dos povoamentos florestais.</p>
Inspeção de Campo: Fazenda Lagoa Rica (035) – Águas de Santa Bárbara, SP	<p>Vistoria em operações de capina química manual;  Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho;  Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço;  Verificação de áreas de conservação e estradas;  Inspeção nas áreas de vivência e nos veículos de transporte;  Verificação de documentos dos trabalhadores;  Verificação de mapas vs verdade terrestre;  Consulta pública às comunidades locais.</p>
Inspeção de Campo: Fazendas Bom Retiro II e Turvinho V – Iaras, SP	<p>Verificação do vigor, produtividade e sanidade dos povoamentos florestais;  Verificação das condições das estradas.</p>
Inspeção de Campo: Fazenda Pereira (013) – Iaras, SP	<p>Vistoria em operações de capina química mecanizada;  Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho;  Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço;  Verificação de áreas de conservação e estradas;  Inspeção nas áreas de vivência e nos veículos de transporte;  Verificação de documentos dos trabalhadores;  Verificação de mapas vs verdade terrestre;  Consulta pública às comunidades locais.</p>
Inspeção de Campo: Fazenda Turvinho I (012) – Borebi, SP	<p>Vistoria em operações de rebaixamento de toco;  Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho;  Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço;  Verificação de áreas de conservação e estradas;  Inspeção nas áreas de vivência e nos veículos de transporte;  Verificação de documentos dos trabalhadores;  Verificação de mapas vs verdade terrestre;  Consulta pública às comunidades locais.</p>
Inspeção de Campo: Fazenda São Sebastião I (070)	<p>Vistoria em operações de colheita mecanizada – Equipe própria;  Inspeção do módulo de colheita / área de vivência;  Microplanejamento e Controle de qualidade da colheita;  Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho;  Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho;  Condições de armazenamento de óleos lubrificantes, coleta de resíduos contaminados;  Placas de sinalização e advertências;  Entrevistas com trabalhadores;  Verificação das condições das estradas.</p>
Inspeção de Campo: Fazenda São Sebastião II	<p>Verificação do vigor, produtividade e sanidade dos povoamentos florestais;</p>

(069) – Paulistânia, SP	Verificação da conservação das áreas da APP e RL; Verificação das condições das estradas.
Inspeção de Campo: Fazenda União (003) – Paulistânia – SP.	Verificação do vigor, produtividade e sanidade dos povoamentos florestais; Verificação da conservação das áreas da APP e RL; Verificação das condições das estradas; Verificação de mapas vs verdade terrestre;
Inspeção de Campo: Fazenda Santa Izabel (031) – Paulistânia / Piratininga – SP.	Vistoria em operações de combate a formiga mecanizado – EPS. Inspeção nas áreas de vivência e nos veículos de transporte; Verificação de documentos dos trabalhadores; Entrevista com trabalhadores; Verificação de mapas vs verdade terrestre;
Inspeção de Campo: Fazenda Ouro Verde (192) - Paulistânia – SP	Verificação do vigor, produtividade e sanidade dos povoamentos florestais; Verificação da conservação das áreas da APP e RL; Verificação das condições das estradas.
Inspeção de Campo: Fazenda Ventania (065) – Paulistânia – SP	Vistoria em operações de carregamento e transporte próprio. Verificação do Trailer de Fiscalização de Carregamento / emissão de romaneio (CTM); Verificação dos controles de qualidade de carregamento florestal; Entrevista com trabalhadores.
Inspeção de Campo: Fazenda Estiva III (129) – Paulistânia – SP	Vistoria em operações de remoção de madeira (forwarder) – equipe própria; aplicação de DREGS (corretivo de solo) - EPS e construção / manutenção de estradas – EPS. Inspeção nas áreas de vivência e nos veículos de transporte; Verificação de documentos dos trabalhadores; Entrevista com trabalhadores; Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de Campo: Fazenda Limeira (006) -	Verificação do vigor, produtividade e sanidade dos povoamentos florestais; Verificação da conservação das áreas da APP e RL; Verificação das condições das estradas.
<b>Data: 07/11/2018</b>	
<b>UMF/Local/ sítios visitados</b>	<b>Atividades/notas</b>
Escritório EMF, Lençóis Paulista, SP	Verificação de documentos e registros; Entrevistas com colaboradores.
Divisão Florestal, Lençóis Paulista – SP.	Inspeção do depósito de agrotóxicos e estrutura de depósito provisório de resíduos classe I e II. Edificação (NR 31.8.17) e condições de armazenagem (NR 31.8.18); Registro de estoques, produtos e fichas FISPQ e de emergência;
<b>Data: 08/11/2018</b>	
<b>UMF/Local/ sítios visitados</b>	<b>Atividades/notas</b>
Escritório EMF, Lençóis Paulista, SP	Verificação de documentos e registros; Entrevistas com colaboradores.
Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Lençóis Paulista – SP.	Consulta pública.

<b>Data: 09/11/2018</b>	
<b>UMF/Local/ sítios visitados</b>	<b>Atividades/notas</b>
Escritório EMF, Lençóis Paulista, SP	Verificação de documentos e registros; Entrevistas com colaboradores.
Escritório EMF, Lençóis Paulista, SP	Preparação da Reunião de Encerramento: Auditor (es) dedica(m) um tempo para consolidar as informações observadas e confirmar as conclusões da auditoria.
Escritório EMF, Lençóis Paulista, SP	Reunião de Encerramento e Revisão de Constatatóes: Reunião com toda equipe relevante da empresa para resumir as conclusões da auditoria, potenciais não conformidades e as próximas etapas.

### 3.5.2 Tempo total dedicado à avaliação

A. Número de dias dedicado à avaliação do requerente:	05
B. Número de auditores participantes na avaliação:	02
C. Dias adicionais dedicados à preparação, consulta às partes interessadas e acompanhamento pós-auditoria:	01
<b>D. Número total de homens/dia utilizado na avaliação:</b>	<b>11</b>

### 3.5.3 Equipe de Avaliação

<b>Nome do Auditor:</b>	Luciano Lisbão Junior	<b>Função do Auditor:</b>	Auditor Líder
<b>Qualificações:</b> Engenheiro agrônomo, especializado em Silvicultura pela ESALQ, da Universidade de São Paulo – USP. PhD em Solos Florestais (Major) e Estatística Experimental (Minor) pela North Carolina State University (USA). Gerente de Meio Ambiente e Segurança Florestal da Aracruz Celulose SA, com responsabilidades em processos de licenciamento, gestão e certificação ambiental / florestal e segurança do trabalho entre Abril/1995 a Agosto/2009. Engenheiro Sênior da Aracruz Celulose SA, consultor para assuntos técnicos ambientais do Departamento de Controle Técnico de julho 1992 a Abril/1995. Chefe de Unidade em dois períodos (Jan./1978 a Ago./1982; Jun./1987 a Jul./1990) e Pesquisador da Embrapa Florestas ao longo de 15 anos (Jan 1978 a Dez 1992), atuando nas áreas de silvicultura, solos e nutrição florestal. Atualmente é Consultor Ambiental de empresas florestais e, desde 20130 é auditor pela SCS/Sysflor nos processos de certificação florestal FSC e CERFLOR; auditor internacional na certificação RSB para biocombustíveis. Consultor para a certificação Bonsucro (cana, álcool e açúcar).			
<b>Nome do Auditor:</b>	Naiara Teodoro Zamin	<b>Função do Auditor:</b>	Membro da equipe
<b>Qualificações:</b> Engenheira florestal, formada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Mestre em Engenharia Florestal pela UFPR na área de Manejo Florestal. Participou em projetos de pesquisas no Laboratório de Dendrometria da UFPR, voltados à avaliação da estrutura corrente e monitoramento da dinâmica de um fragmento de Floresta Ombrófila Mista no Campus III da UFPR (2009) e ao estudo mensal de crescimento e produção em diâmetro e altura de Araucária e Pínus (2009-2012). Realizou o Curso de Manejo de Florestas Tropicais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em 2010. É auditora líder de cadeia de custódia de produtos florestais do FSC desde 2011 e auditora líder de manejo florestal do FSC desde 2013 e Cerflor desde 2014. Os treinamentos mais recentes que tem recebido incluem auditora líder em ISO 14001 (sistema de gestão ambiental) e ISO 9001 (sistema de gestão da qualidade). Tem experiência na área de pesquisa em Recursos Florestais e Engenharia Florestal, com ênfase em Manejo Florestal. Atualmente, é Supervisora do Programa de Certificação de Manejo Florestal da Sysflor (FSC, CERFLOR e AFI), representante da SCS no Brasil.			



### 3.5.4. Grupos de partes interessadas consultados

Os seguintes tipos de grupos e indivíduos foram determinados como partes interessadas principais:

Gerência e funcionários do EMF
Consultores Florestais
Empresas prestadoras de serviços
Arrendatários
Proprietários adjacentes
Organizações cívicas e de interesse social, locais e regionais
Órgãos Governamentais
Organizações ambientais e conservacionistas locais e regionais
Grupos e organizações de indústrias florestais
Órgãos federais, estaduais e municipais
Pessoal de agências reguladoras local, estadual e federal
Outros grupos relevantes

A carta consulta acompanhada de um questionário foi enviada às partes interessadas, informando-as sobre o processo de avaliação do manejo, solicitando comentários e convidando-as para a reunião pública programada para o dia 05/11/2018, com o início previsto para as 18h, no Villas Plaza Hotel, Lençóis Paulista, SP.

A lista completa das partes interessadas contatadas está mantida como registro no escritório da Sysflor e não tendo sido inserida no relatório, entretanto, pode ser disponibilizada mediante solicitação.

## 4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

### 4.1 Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe, onde aplicáveis

A tabela abaixo apresenta um resumo dos principais comentários recebidos das partes interessadas e as respostas da equipe de avaliação. Quando os comentários das partes interessadas desencadearam investigações durante a avaliação, as ações de acompanhamento e as conclusões da SYSFLOR estão descritas a seguir.

Comentários das Partes Interessadas	Respostas da Sysflor
<b>Princípio 1 – Cumprimento da legislação</b>	
Nenhuma.	
<b>Princípio 2 – Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade</b>	
A produtividade tem sido bastante elevada nas áreas de parceria.	Os auditores também evidenciaram a elevada produtividade das áreas florestais da Lwarcel. O manejo aplicado na condução das florestas em áreas de parceria é o mesmo aplicado nas áreas próprias da empresa. O objetivo é maximizar a produtividade, utilizando de maneira racional os recursos disponíveis. Em 2017, a produtividade média obtida em áreas próprias foi de 58,7 m <sup>3</sup> /ha/ano, enquanto nas áreas de parceria foi de 56,7 m <sup>3</sup> /ha/ano, sendo que essa variação é muito mais relacionada às variações ambientais do que ao manejo

	utilizado.
<p>O suporte técnico dado ao fomentado, lhe confere conhecimento e discernimento no uso de técnicas agrícolas novas, que o mesmo pode utilizar em outra atividade que desenvolva em sua propriedade, ao mesmo tempo que o aspecto da segurança ao lidar com os agro-defensivos (uso correto dos E.P.I'S) contribui para uma melhor qualidade de vida.</p>	<p>Da mesma forma que ocorre com o arrendamento, os contratos de fomento são estabelecidos a partir do interesse manifestado pelo proprietário das terras.</p> <p>Os contratos de fomento são elaborados para um período de sete anos. A empresa fornece as mudas e a assistência técnica, além de garantir a compra da madeira produzida a preço de mercado, ao final do contrato. A mão-de-obra para implantação e manutenção da floresta, bem como insumos, são por conta do proprietário, enquanto a colheita é realizada pela Lwarcel.</p> <p>A tecnologia empregada nos arrendamentos e parcerias é praticamente a mesma que a empresa adota nos plantios em áreas próprias. Da mesma forma, os cuidados ambientais e de saúde e segurança do trabalho fazem parte da assistência técnica e o acompanhamento das atividades realizadas pelo produtor fomentado. Isso contribui para o aprendizado e crescimento técnico dos fomentados.</p>
<p>Há que se considerar fundamentalmente a questão do ciclo produtivo. Quando se fala em agricultura, temos um ciclo cultural muito curto (no mínimo 2 safras/ano agrícola). No caso das florestas tem-se um ciclo longo (mínimo de 5 e um máximo de até 8 ou 10 anos), onde o combate a eventuais pragas biológicas ou ervas invasoras normalmente ocorre de maneira mais intensiva até o terceiro ano. Nos demais anos o uso de qualquer defensivo praticamente não ocorre, acarretando, portanto uma "pegada ambiental" muitíssimo reduzida em relação a todas as outras culturas praticadas nesta região como citricultura, cultura de grãos ou sucroalcooleira.</p>	<p>Os auditores verificaram que em um ciclo médio de 7 anos, o uso de herbicida para o controle de erva-daninhas ocorre nos primeiros 18 meses. Após essa idade praticamente não há uso de herbicidas. A praga mais importante de eucalipto é a formiga (saúva). O controle desta praga é realizado com o uso de iscas formicidas, com aplicações sistemáticas na época de plantio ou reforma da floresta. Posteriormente, é realizado o monitoramento e uma nova aplicação só é realizada se houver um nível de infestação maior que 50 m<sup>2</sup> de formigueiros/ha. A empresa tem reduzido o consumo de formicida a cada ano. No ano de 2017 houve uma diminuição do consumo específico de isca formicida à base de sulfluramida, tanto nas áreas de preparo/plantio (45%) como nas áreas de manutenção (40%), respectivamente, em comparação a 2016.</p>
<p>As áreas da empresa são de boa qualidade.</p>	<p>Durante a auditoria foram inspecionadas 16 fazendas, sendo 10 próprias da Lwarcel e 06 de parcerias / arrendamento. Observou-se que os cuidados operacionais, gestores e empresas prestadoras de serviços são os mesmos, tanto nas áreas próprias como nas arrendadas. Os insumos e clones usados são definidos pelos mesmos princípios, o que resulta em produtividades muito próximas, conforme apresentadas anteriormente. Os cuidados operacionais na construção e conservação de estradas e a proteção aos recursos naturais de flora e fauna também são os mesmos e atendem plenamente</p>
<p>Apenas conheço as áreas que a Lwarcel cuida dentro de nossa propriedade, e estão sempre arrumadas e bem cuidadas.</p>	

	os requisitos da Certificação CERFLOR.
<b>Princípio 3 – Zelo pela diversidade biológica</b>	
Empresa muito responsável com o meio ambiente.	Foi evidenciado que o EMF possui o procedimento <i>PF011/33 Cuidados Ambientais Durante as Operações Florestais</i> para que, com base no levantamento de aspectos e impactos, medidas protetivas sejam estabelecidas nas atividades de manejo. Nas fazendas há placas de advertência contra caça e pesca predatória, não jogar lixos, evitar incêndio. Para monitorar ocorrências ambientais, a empresa desenvolveu o procedimento “PF015/33 Sistema de Ocorrências Florestais - SOF”, que estabelece vistorias na UMF e registro de ocorrências irregulares, com base nos quais são tomadas medidas corretivas pelo EMF. As áreas de conservação estão devidamente mapeadas, conforme determina no <i>PF072/33: Mapeamento das Áreas Florestais</i> e em campo constatou-se que as áreas nativas estão protegidas das operações de manejo. Além disso, as estradas são mantidas em condições adequadas de uso, a fim de evitar processos erosivos e degradação do solo, conforme verificado nas inspeções de campo e no <i>PF012 - Construção e Manutenção de Estradas e Aceiros</i> .
As áreas são claramente identificadas e bem mantidas (estradas, aceiros, áreas de preservação, etc).	
Cuidado nas propriedades com a preservação das APP e reservas legais.	
A empresa tem iniciativa de evitar invasão de plantas não naturais.	Os auditores verificaram que a empresa realiza o monitoramento de fauna e flora na UMF, por meio do qual identifica a presença de espécies exóticas, a fim de tomar medidas corretivas. Até o momento, a empresa identificou em uma fazenda a presença de Java-porco e Lebre, mas que ainda não estão ameaçando a fauna nativa, de acordo com os dados apresentados no <i>Relatório de fauna (MONITORAMENTO DA FAUNA SILVESTRE NAS UNIDADES DE MANEJO DA LWARCEL CELULOSE LTDA - Aves e Mamíferos de Médio e Grande Porte)</i> . Para flora, a empresa monitora a presença de eucalipto nas áreas de conservação, conforme determinado no “ <i>PF015/33 Sistema de Ocorrências Florestais - SOF</i> ” e também, outras exóticas de potencial invasor (i.e. <i>Leucena spp.</i> ), conforme “ <i>PF014-33 - Recuperação de Áreas Degradadas</i> ”. Por exemplo, foi verificado no relatório de monitoramento da Fazenda Pereira a recomendação de remover gramíneas exóticas de uma área degradada em recuperação. Em inspeção de campo, realizada na fazenda Pereira, durante essa auditoria, os dados apresentados no relatório foram confirmados. Foi verificado também o resultado do monitoramento SOF de setembro/2018, onde consta o apontamento de identificação de espécies invasoras. Com base nos resultados, é elaborado “Planejamento de Controle de Exóticas – 2018” que possui uma meta de controlar no mínimo 90% das exóticas presentes nas áreas planejadas.
As áreas de eucalipto plantadas na região estabelecem corredores	O EMF possui um sistema de demarcação e mapeamento das áreas destinadas à conservação ( <i>PF072/33: Mapeamento das</i>

ecológicos pela interligação com áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal?	<i>Áreas Florestais</i> ) que leva em consideração a conectividade entre os fragmentos dos ecossistemas naturais, contidos na unidade de manejo florestal, proporcionando um aumento do fluxo gênico e a variabilidade genética da biota desses fragmentos. Portanto, há interligação entre os plantios e as áreas naturais, tanto de APPs, quanto de reserva legal, formando grandes corredores ecológicos.
Com o aumento dos plantios da empresa haverá mudança na paisagem, aumentando as monoculturas na região e alterando ou podendo causar impactos sobre a biodiversidade.	Os auditores verificaram que a empresa realiza o monitoramento da fauna e da flora na UMF para identificar possível influência do manejo sobre a biodiversidade e adotar medidas mitigadoras, se necessário. Também foi evidenciado que o EMF está dando preferência à aquisição de terras aptas para silvicultura, seguindo a legislação aplicada pelo código florestas, já utilizadas para agricultura e pastagem, não danificando assim as áreas de conservação presentes na região.
<b>Princípio 4 – Respeito às águas, ao solo e ao ar</b>	
Há possíveis impactos sobre a água, o solo, a biodiversidade.	<p>A organização apresentou o procedimento “<i>PF011-33: Cuidados Ambientais Durante as Operações Florestais</i>” que estabelece diretrizes durante a execução das atividades florestais visando proteger, manter ou melhorar a biodiversidade existente nas áreas da Lwarcel, incluindo espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção e seus habitats, corroborando para prevenir, minimizar ou mitigar os impactos sobre estes recursos.</p> <p>Nesse procedimento consta o descritivo dos potenciais impactos negativos que as operações podem causar sobre os recursos hídricos, solo, ar, fauna e flora (item 3), assim como as medidas recomendadas para Minimização ou Mitigação de Impactos Ambientais (item 4).</p> <p>O monitoramento dos impactos ambientais é realizado durante as operações florestais. Foi verificada a planilha com os resultados dos monitoramentos, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fazenda Santo Antônio V, monitoramento em 29/10/2018, operação de manutenção de estradas (JM Destoca e Lençóis Destoca).</li> </ul> <p>Com base no resultado dos monitoramentos a empresa avalia o desempenho de cada operação por meio do IDSAL (Índice de Desempenho Socioambiental da Lwarcel) mensalmente, sendo a meta a cumprir no mínimo 90% de conformidade nos monitoramentos de impacto ambiental. Foi verificado que os resultados demonstram um desempenho acumulado em 2018 de 97,5% (período jan. a out.).</p>
<b>Princípio 5 – Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal</b>	
Temos um contrato de parceria há doze anos que sempre foi bastante interessante para ambos os parceiros.	A Lwarcel reconhece que a modalidade de negócio parceria é interessante para seus parceiros. Atualmente, há 196 contratos de parceria vigentes, envolvendo 256 parceiros, que resultam

<p>Sempre, pelo tempo em que fazemos negócios, (eles) têm sido corretos conosco.</p>	<p>em uma área total plantada de 37,5 mil hectares. A empresa possui canais de comunicação que são disponibilizados aos parceiros, por meio dos quais é possível diálogo e manifestação dos parceiros com a Lwarcel.</p>
<p>A Lwarcel possui áreas nobres, notadamente às margens da Rodovia Marechal Rondon, que estão sendo usadas no plantio de eucalipto. Entretanto, acredito que se uma parcela ínfima dessas áreas fosse destinada à implantação de empreendimentos industriais e centros logísticos, através da venda de pequenas áreas (digamos, módulos de 10 hectares, por exemplo) a empreendedores locais, haveria um impacto positivo na implantação de empresas e geração de empregos no município, sem nenhum prejuízo ao fornecimento de eucalipto à fábrica.</p>	<p>A Lwarcel atua com uma base florestal de 59.512 ha, sendo 17.548 ha (29%) em áreas próprias, 34.396 ha (58%) em áreas arrendadas e 6.568 ha (11%) através do sistema de fomento, distribuídas em 36 municípios da região. As áreas próprias estão em 14 municípios: Águas de Santa Bárbara, Agudos, Avaí, Borebi, Cabralia Paulista, Gália, Iaras, Lençóis Paulista, Paulistânia, Piratininga, Pratânia, Presidente Alves, Santa Cruz do Rio Pardo e Ubirajara. Esses 14 municípios possuem uma área total de 659.012,96 hectares. Portanto, as áreas próprias da Lwarcel ocupam apenas 2,66% da área total desses 14 municípios. Se forem considerados apenas as áreas próprias da Lwarcel nos municípios situados à margem da rodovia Marechal Rondon (Agudos, Avaí e Lençóis Paulista) como de interesse, a área cairia para 5.058,79 ha. Portanto, haveria pouca chance de um empreendedor em manifestar o interesse por uma área da empresa para a implantação de empreendimentos industriais e centros logísticos. Segundo informações obtidas, a Lwarcel nunca recebeu demanda para negociações desse tipo. Caso surja alguma demanda, a empresa está totalmente aberta à negociação, não havendo qualquer impedimento para tal.</p>
<p>Como ficarão os contratos de fomentos em andamento firmados com a LWARCEL diante da compra da empresa pelo grupo RGE (Royal Golden Eagle)? Serão feitos termos aditivos compromissando a RGE como compradora?</p>	<p>Conforme depoimento do Gerente Florestal da Lwarcel, todos os contratos firmados pela Lwarcel continuam válidos e serão devidamente cumpridos, mesmo após a venda da empresa para a RGE. A mudança ocorreu apenas no controle acionário, mantendo-se as obrigações da pessoa jurídica, não sendo necessário, desta forma, a elaboração de aditivos contratuais. Durante a auditoria foi evidenciado que a empresa possui programas de divulgação e canais de diálogos implementados e que, recentemente, realizou uma série de comunicados relacionados em função da aquisição do EMF pela RGE (Royal Golden Eagle). Nesses comunicados foram abrangidos os seguintes públicos: colaboradores, clientes, parceiros, fomentados e fornecedores, conforme evidenciado nos respectivos informativos. Contudo, foi verificado em consultas às partes interessadas que ainda existem dúvidas e questionamentos a respeito do programa de fomento florestal desenvolvido pela empresa. Motivo pelo qual foi emitida a <b>OM 2018-05</b>.</p>
<p>Quais são os benefícios ambientais decorrentes da implantação de florestas de eucalipto?</p>	<p>Os auditores verificaram que os benefícios ambientais gerados pelas florestas plantadas de eucalipto são inúmeros. Os plantios diminuem a pressão sobre as florestas nativas, viabilizando a produção de madeira sustentável para atender às</p>

	<p>necessidades básicas da sociedade. Além das funções produtivas, os plantios desempenham importante papel na prestação de serviços ambientais, pois evitam o desmatamento de habitats naturais e assim, protegem a biodiversidade. Também, os plantios de eucalipto e a recomposição ambiental de APP e RL realizada pela empresa contribuem para a conservação do solo e as nascentes de rios. Outro benefício é a contribuição na redução das emissões de Gases causadores do Efeito Estufa, pois os plantios são considerados estoques naturais de carbono.</p>
<p>A empresa tem excelente reputação e excelente relacionamento com as comunidades em seu entorno.</p>	<p>Foi evidenciado na Reunião Pública e demais consultas com as partes interessadas que a empresa possui bom relacionamento com as organizações da região e comunidade local. Há um sistema de Gestão Social, por meio do qual anualmente a empresa registra os resultados atingidos nos projetos sociais realizados (Relatório de Gestão Social 2017).</p> <p>A empresa possui também canais de comunicação visando o diálogo social com os trabalhadores e a comunidade, tais como, Fale Conosco, Código de conduta, Caixa de Sugestões, telefone 0800 (PF066-33), contato direto com trabalhadores da empresa, diálogo operacional realizado antes das atividades com a comunidade afetadas, etc. Toda solicitação ou reclamação recebida por meio dos canais de diálogo acima descritos são registradas na planilha denominada Relacionamento com a Comunidade.</p> <p>Durante a realização do diálogo operacional, antes do início das operações, a empresa faz a entrega de material institucional aos moradores da região e vizinhos das fazendas.</p>
<p>A Lwarcel conduz um programa de fomento florestal, onde o fornece as mudas e suporte técnico para o plantio e condução da floresta, o que na minha visão de produtor florestal e fomentado da Lwarcel, traz o benefício da conscientização do pequeno produtor no uso de agentes defensivos e herbicidas, pois ao contar com o suporte técnico da Lwarcel, está sendo orientado por profissionais de elevada competência técnica que o orientarão na obtenção do melhor resultado produtivo e ambientalmente amigável.</p>	<p>Atualmente a empresa possui 65 contratos de fomento vigentes, totalizando uma área plantada de 6,5 mil hectares e envolvendo 45 fomentados diferentes. A produtividade média obtida nos últimos anos é de 52 m<sup>3</sup>/ha/ano, muito similar ao obtido nas áreas da Lwarcel.</p>
<p>Há desenvolvimento da atividade da apicultura nas áreas de eucalipto.</p>	<p>Os auditores também verificaram a existência de apicultura na UMF. Na matriz de impactos positivos (Quadro 2 do “PF042/33: Minimização e/ou Mitigação de Impactos Sociais Durante as Operações Florestais”), consta a geração de renda por meio da disponibilização da UMF para produção de mel. Há um contrato</p>

	de “cessão de uso de florestas de eucalipto e outras avenças” com um produtor local que insere caixas de abelha em fazendas com idade de 3 a 5 anos, época de florada. O manejo das colmeias é realizado nas fazendas determinadas pela empresa e o pagamento pela utilização da área é feito em potes de mel.
A Lwarcel deve dar oportunidade aos produtores rurais locais de serem fornecedores de eucalipto de maneira digna e sustentável. O primeiro passo para tanto é pagar preços justos pela madeira (principalmente quando o preço da celulose em reais está em forte alta, como agora). Outro passo importante é não inflacionar o preço das terras na região e não atrapalhar negócios de aquisição de terras por produtores rurais locais que já produzem na região há muito tempo. A RGE, com a liquidez que possui, pode comprar grandes fazendas sem precisar atrapalhar a compra de pequenas propriedades pelos produtores rurais mais humildes.	A empresa propicia a geração de renda adicional para os produtores rurais da região, por meio da disponibilização dos programas de parceria e de fomento florestal. Em relação ao preço da madeira, pratica-se o preço médio de mercado, sob o qual a empresa não tem influência e que sofre variação em função da dinâmica entre a oferta e procura regional. Para acompanhamento dos preços praticados são consultadas fontes públicas (Boletins CEPEA e do Instituto de Economia Agrícola) e também relatórios de consultorias especializadas (Radar Poyry). Quanto ao preço de terra, tanto para aquisição quanto para parcerias, não é interesse da empresa inflacionar o mercado, mesmo porque, isso impactaria de maneira negativa na viabilidade de seu negócio. Assim, como no caso da madeira, os preços oferecidos estão alinhados ao mercado e também são devidamente comparados com as referências disponíveis. Quanto ao tamanho das áreas alvo de possível aquisição, procedimentos internos da própria empresa já estabelecem restrições para propriedades isoladas com área inferior 120 ha. Também são considerados aspectos sociais na análise de aquisição, com orientação para que não ocorra a aquisição de pequenas propriedades voltadas para a agricultura familiar.

#### 4.2 Resumo das constatações da avaliação

<input checked="" type="checkbox"/>	Nenhuma Não Conformidade Maior foi determinada para o EMF durante a avaliação. Para as NC menores a empresa realizou a análise de causa e apresentou o plano de ação corretiva adequado.
<input type="checkbox"/>	NC foram determinadas ao EMF durante a avaliação. As NC maiores foram todas fechadas para satisfação da equipe de auditores e atendem os requisitos dos padrões. Para as NC menores a empresa realizou a análise de causa e apresentou o plano de ação corretiva adequado. Todas e quaisquer NC determinadas em auditorias de monitoramento de anos anteriores foram revisadas e fechadas antes da emissão do certificado.
<input type="checkbox"/>	NC maiores foram determinadas ao EMF durante a avaliação e esta ainda não as fechou satisfatoriamente.

#### 4.3 Não conformidades e Oportunidades de Melhoria Existentes

Como se trata do processo de certificação, não há não conformidades anteriores e sim as possíveis falhas ou não conformidades identificadas na Auditoria Fase 1, com os respectivos tratamentos e/ou respostas dada pelo EMF para atendimento ou correção da questão levantada. Todos os tratamentos e/ou respostas foram verificados pelos auditores na Auditoria Fase 2.

A Tabela abaixo contém um resumo das constatações identificadas pela equipe de auditores em relação ao cumprimento do padrão do CERFLOR.

Princípio/Área	Possíveis Falhas/ Não-Conformidades
<b>P1: Cumprimento da legislação</b>	Nenhum.
<b>P2: Racionalidade no uso dos recursos a curto, médio e longo prazos em busca da sua sustentabilidade</b>	<p>O PMF apresentado não faz referência às áreas propostas para a certificação CERFLOR, contemplando nos Anexos 1 e 2 apenas o escopo da certificação FSC (2.2.a; 2.2.c).</p> <p><b>Resposta:</b> A empresa incluiu no PMF, item I a referência ao escopo da certificação CERFLOR.</p> <p>Não foram apresentadas evidências de que o plano de manejo foi elaborado e é monitorado por profissional legalmente habilitado (2.2.b);</p> <p><b>Resposta:</b> Foi apresentada evidência de que o responsável técnico pela elaboração e monitoramento do PMF da Lwarcel Celulose Ltda. é o Gerente Florestal Sr. Ariel Evandro Fossa, devidamente credenciado pelo CREA-SP nº 5061477764.</p> <p>Não foram apresentadas evidências de que um resumo do plano de manejo é disponível ao público, podendo ser excluídas as informações confidenciais da empresa, as pessoas e outras informações tornadas confidenciais por lei ou para proteção de sítios culturais ou recursos naturais (2.2.e);</p> <p><b>Resposta:</b> A empresa possui o Resumo Público do PMF que está disponível no site e também é distribuído na comunidade. Foi apresentada lista de distribuição do resumo público do PMF, realizada de maio a agosto de 2018, contemplando cerca de 30 moradores da região. Foi evidenciado que o EMF descreve no Resumo Público do PMF as suas áreas de atuação (item II), citando o percentual de áreas próprias, áreas de parceria e de fomento florestal. Porém, o documento não deixa claro quais áreas fazem parte do escopo da certificação, podendo causar confusão às partes interessadas que acessam esse resumo público. Motivo pelo qual foi emitida a <b>OM 2018-02</b>.</p> <p>Não foi evidenciada a existência de ações que incentivem programas de saúde junto às populações locais (2.2.g);</p> <p><b>Resposta:</b> Foi evidenciado que a empresa realiza o Programa Voluntariado e Ações (item 1.4 do “Relatório de Gestão Social de 2017”), por meio do qual ações sociais são realizadas na empresa, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- “Dia de Fazer o Bem”, onde são realizadas ações sociais, como p.e. medição de pressão arterial;</li> <li>- Doação de Sangue: o EMF convida a população local para doação de sangue. Faz-se o cadastro e encaminha as pessoas para o Hemocentro – a última campanha ocorreu em 2016;</li> <li>- Há também campanhas de vacinação realizadas com os colaboradores da empresa que moram na região, foram apresentadas evidências de campanhas de vacinação da febre-amarela e da gripe.</li> </ul> <p>O EMF possui um cadastro florestal das fazendas, porém ainda não foram</p>



	<p>apresentadas informações que evidenciem que esse cadastro foi ajustado para garantir a identificação e rastreabilidade dos produtos certificados CERFLOR. Também não foi apresentado um procedimento documentado que permita rastrear o fluxo do produto florestal (2.4).</p> <p><b>Resposta:</b> Foi verificado que há um cadastro florestal (PF061/33 - Cadastramento de Fazendas no Sistema SAP) e uma planilha Excel com os registros das fazendas (Planilha de cadastro “Relatório de Fazendas Certificadas PEFC-CERFLOR (DDS)” ), diferenciando as áreas propostas para certificação CERFLOR, não certificadas e de fomento florestal.</p> <p>A empresa apresentou também o “PF082-33 - MANUAL DA CADEIA DO PRODUTO FLORESTAL” que estabelece os elementos que compõe a rastreabilidade do produto florestal certificado pelo CERFLOR ao longo da cadeia de manejo, de maneira que se possa demonstrar sua origem e volume de produção.</p>
<p><b>P3: Zelo pela diversidade biológica</b></p>	<p>Não foram apresentadas evidências de existência de mapeamento, demarcação e proteção dos sítios históricos, arqueológicos, de valor cultural ou social (3.2.e).</p> <p><b>Resposta:</b> Foi evidenciado que a empresa realiza estudos nas áreas a fim de identificar a presença de sítios históricos, arqueológicos, de valor cultural ou social. A identificação é feita por meio de consulta com as comunidades e também consulta ao banco de dados da IPHAN e UNESCO. Não foram identificados tais locais até o momento na UMF, conforme o relatório de identificação de áreas de alto valor de conservação realizado em 2018 na UMF.</p> <p>Durante a caracterização social a empresa também pergunta aos moradores da região sobre locais de importância cultural, religioso ou social, conforme definido no Procedimento PF049-33 e registrado na planilha “<i>Registro Caracterização Socioeconômica da Comunidade Afetada</i>”. Os locais identificados pela empresa até o momento se tratam de igrejas e cemitérios presentes na UMF, onde há visitaçao das comunidades locais e permissão de acesso pela empresa. Esses locais são identificados em mapas e protegidos das operações. Foi verificado o mapa da Fazenda Lunardelli onde há uma igreja e também o mapa da Fazenda Progresso onde há uma barraca de festa.</p>
<p><b>P4: Respeito às águas, ao solo e ao ar</b></p>	<p>O PMF item 1.3.2 do Capítulo III faz uma breve caracterização dos recursos hídricos da UMF. Porém não considerando-se a(s) microbacia(s) onde se insere a área de manejo florestal (4.1.b);</p> <p><b>Resposta:</b> O EMF apresentou o documento “Caracterização de Bacias Hidrográficas na Região de Atuação da Lwarcel Celulose LTDA” (atualização: Out/2018). A caracterização de bacias hidrográficas na região de atuação da Lwarcel Celulose foi realizada a partir da Base Hidrográfica Ottocodificada (BHO) da Agência Nacional de Águas (ANA, 2013), desenvolvida por Otto Pfafstetter em 2013. A BHO representa a rede hidrográfica em trechos entre os pontos de confluência dos cursos d'água de forma unifilar. Cada trecho é associado a uma superfície de drenagem denominada ottobacia, à qual é atribuída a codificação de bacias de Otto Pfafstetter. Uma característica essencial dessa representação é ser topologicamente consistente, isto é, representar corretamente o fluxo hidrológico dos rios, por meio de trechos conectados e com sentido de fluxo. As ottobacias não possuem nomes comuns ou genéricos, porém, possuem um identificador numérico único e rastreável</p>

	<p>pela ANA. O detalhamento adotado na caracterização foi de 6º nível. Os resultados gerais são apresentados pela Tabela abaixo.</p> <table border="1" data-bbox="467 296 1279 447"> <thead> <tr> <th>Item</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ottobacias em nível 6</td> <td>53</td> </tr> <tr> <td>Cursos d'água em fazendas da Lwarcel</td> <td>93</td> </tr> <tr> <td>Cursos d'água nas ottobacias da Lwarcel</td> <td>343</td> </tr> </tbody> </table> <p>Observa-se que há um considerável número de cursos d'água (rios, ribeirões, córregos ou águas) em todas as bacias que compõe a região de atuação da Lwarcel Celulose. Porém, apenas 27,1% (93 de 343 cursos d'água) estão presentes dentro das fazendas da Lwarcel Celulose. Os principais rios que cruzam fazendas da Lwarcel Celulose são o Rio Alambari, Rio Batalha, Rio Claro, Rio Corrente, Rio Feio e Rio Turvinho.</p> <p>A empresa realiza o monitoramento de águas superficiais (item 1.1.5 do Cap. VI do PMF), visando acompanhar a qualidade da água quanto as possíveis mudanças em suas características físico-químicas em decorrências das operações florestais, porém não foi evidenciada a existência de monitoramento dos parâmetros quantitativos dos recursos hídricos (4.2.c); <b>Resposta:</b> O EMF apresentou o “PLANO DE MONITORAMENTO DE ÁGUAS SUPERFICIAIS” (atualização abril/2018). A fim de melhorar o monitoramento realizado atualmente pela Lwarcel, em 2018 está sendo estudado um método para coletar informações relativas à altura da lâmina d'água que deverão ser implementados a partir da coleta de janeiro de 2019. Em seu item “4.5 Coleta de Dados Quantitativos” está indicado que “A partir de janeiro de 2019, serão coletadas informações relativas à altura da lâmina d'água dos corpos d'água monitorados, com objetivo de conhecer ao longo do tempo, a variação de vazões em função de fatores climáticos, uso da água, uso do solo, entre outros”.</p>	Item	Total	Ottobacias em nível 6	53	Cursos d'água em fazendas da Lwarcel	93	Cursos d'água nas ottobacias da Lwarcel	343
Item	Total								
Ottobacias em nível 6	53								
Cursos d'água em fazendas da Lwarcel	93								
Cursos d'água nas ottobacias da Lwarcel	343								
<p><b>P5:</b> <b>Desenvolvimento ambiental, econômico e social em que se insere a atividade florestal</b></p>	<p>Nenhum.</p>								
<p><b>Tratamento de Reclamações (Portaria do Inmetro nº 547 / 2012)</b></p>	<p>Não foi apresentado um procedimento de tratamento de reclamações que contemple os requisitos da Portaria do Inmetro nº 547/2012. <b>Resposta:</b> A empresa apresentou o procedimento PF042-33 que descreve os canais de diálogo, os respectivos responsáveis, assim como, o processo de tratamento de reclamações. Apesar disso, não foram definidos prazos para tratativa das reclamações, inclusive para o Inmetro, como prevê a Portaria Inmetro 547/2012, item 7.1. <b>NC menor 2018-06</b></p>								
<p><b>Requisitos de uso do Selo de Identificação da Conformidade do</b></p>	<p>Não foram apresentados procedimentos que regulamentem o uso do Selo de Identificação da Conformidade do CERFLOR e/ou da Logo PEFC pelo EMF. <b>Resposta:</b> O EMF desenvolveu o procedimento <i>PF083-33 - PROCEDIMENTO PARA USO E EMISSÃO DO SELO CERFLOR</i> que descreve os requisitos de uso do</p>								

<b>Cerflor e/ou da Logo PEFC</b>	selo CERFLOR e pedido de aprovação ao Inmetro.
<b>Requisitos para Certificação de UMF-múltipla (ou multi-site)</b>	Não aplicável.
<b>Programas de Manejo em Grupo (Anexo A –Portaria do Inmetro nº 547/2012 e Portaria Inmetro nº 54/2014)</b>	Não aplicável.

#### 4.4 Descrição das Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria

<b>Constatação Número: 2018-01</b>	
<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	<b>1.3.e</b>
<b>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b>	
<p>Foi evidenciado que o EMF realiza inspeções mensais para verificação da segurança nas frentes de trabalho (próprias e EPS), como parte do seu programa de gestão em segurança do trabalho. No momento das vistorias, se desvios forem identificados os mesmos são comunicados aos responsáveis das áreas. Com base nos resultados das inspeções, mensalmente, é gerado um relatório de segurança. Nesse relatório consta uma tabela dos desvios identificados nas diferentes operações que estão em “Atraso” na sua regularização e, com o percentual de desvios já resolvidos. Foi evidenciado que essa tabela é enviada para tratativa e preenchimento pelo setor operacional e que uma ação somente é dada como “concluída” após a apresentação das evidências ao setor de segurança. Apesar disso, foi evidenciado que no relatório de 2018 (período de fev. a out.) consta um demonstrativo de atendimento de 40% dos desvios identificados, sendo que atualmente 60% (87 itens) estão em atraso (ou não concluído). Também nos registros evidenciou-se que alguns pontos identificados nos monitoramentos de segurança são reincidentes. Nas inspeções de campo alguns desvios identificados no relatório de segurança também foram constatados pela equipe auditora (p.e. áreas de vivência e banheiros).</p>	
<b>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b>	
Relatório de Segurança de 2018 (fevereiro a outubro); checklist de inspeção de segurança.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
<b>Ação Imediata</b> (quando aplicável)	Como ação imediata foi realizada reunião com os gestores das áreas operacionais e responsáveis pelas tratativas, para elaboração de plano de ação para tratamento dos desvios em atraso.
<b>Análise da Causa Raiz</b>	Utilizou-se o método dos “5 Porquês” para realizar análise de causa raiz da não

<b>determinada pelo EMF:</b>	conformidade e concluiu-se que devido à falta de atualização periódica e rotina de acompanhamento dos desvios apontados pela equipe operacional na planilha de registros de Follow-up, evidenciou-se elevado percentual de desvios não atendidos e pontos reincidentes.		
<b>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</b>	<p>Durante a análise da causa raiz, ações foram identificadas para correção da não conformidade apontada, sendo elas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistematizar rotina de atualização da planilha de Follow-up e acompanhamento dos desvios pela equipe operacional;</li> <li>- Instituir dentro da programação da UMF, reunião mensal entre a segurança do trabalho e áreas operacionais para avaliação das ações corretivas, das pendências, dos planos de ação e realização de análise crítica para identificação de desvios reincidentes, analisando sua causa raiz e dando a devida tratativa.</li> </ul>		
<b>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</b>	<b>O que?</b>	<b>Quem?</b>	<b>Quando?</b>
	Rotina de atualização da planilha e acompanhamento de desvios.	Superior imediato do responsável pela tratativa (coordenação ou gerência)	Até 30/11/2018
	Reunião mensal	Gestão - Operação Florestal/ Segurança do trabalho (coordenação ou membro designado)	Primeira reunião em 07/12/2018 e sistematizar a realização em toda primeira sexta-feira do mês.
<b>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito: o plano de ação corretiva foi aceito e está alinhado à causa raiz identificada pelo EMF; além disso, evidências de implementação da ação imediata foram apresentadas. <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)		
<b>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):		
<b>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</b>			
<b>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</b>			
<b>Situação atual da NC/OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)		

<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	<b>2.2.e</b>
<b>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> Foi evidenciado que o EMF descreve no Resumo Público do PMF as suas áreas de atuação (item II), citando o percentual de áreas próprias, áreas de parceria e de fomento florestal. Porém, o documento não deixa claro quais áreas fazem parte do escopo da certificação, podendo causar confusão às partes interessadas que acessam esse resumo público.	
<b>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> Resumo Público do PMF, revisão 17.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
<b>Ação Imediata</b> (quando aplicável)	
<b>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</b>	
<b>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria)</b> (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
<b>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria)</b> (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
<b>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)
<b>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Evidência de implementação da ação corretiva</b>	

<b>definida no plano de ação</b> (ou ação de melhoria)	
<b>Revisão da SysFlor</b> (Análise de eficácia)	
<b>Situação atual da NC/OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

<b>Constatação Número: 2018-03</b>	
<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva</b> (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	<b>4.3.e</b>
<b>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> Foi verificado que os prestadores de serviços retiram os produtos químicos do depósito principal da empresa para consumo e armazenam em depósitos intermediários nas suas respectivas sedes por questões logísticas, até a sua utilização no campo. Apesar disso, foi evidenciado que o EMF não possui registros relativos a avaliação do atendimento à legislação e às recomendações dos fabricantes nos depósitos intermediários, e que o procedimento PF016 não contempla essa necessidade. Por meio de relatório fotográfico também foi verificado que dois depósitos de terceiros não atendem todas os requisitos da NR 31.	
<b>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> Relatório fotográfico dos depósitos de 2 EPS; Entrevistas com colaboradores em campo; Procedimento "PF016 - Gerenciamento de Produtos Químicos".	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
<b>Ação Imediata</b> (quando aplicável)	As ações imediatas para tratativa da Não Conformidade apontada foram: - Identificação dos depósitos de insumos irregulares e suspensão do uso até que medidas de adequação sejam realizadas; - Revisão do PF016-33 – Gerenciamento de Produtos Químicos, para inclusão dos itens exigidos pela NR 31 e pelos fabricantes, assim como sistemática de vistoria nos depósitos intermediários.
<b>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</b>	Utilizou-se o método dos "5 Porquês" para realizar análise de causa raiz da não conformidade e concluiu-se que por não estar devidamente documentado e proceduralizado a rotina de vistorias, as falhas foram identificadas.
<b>Ação Corretiva determinada pelo EMF</b> (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Durante a análise da causa raiz, ações foram identificadas para correção da não conformidade apontada, sendo elas: - Elaborar e Incluir em procedimento (PF016-33) metodologia para tratativa de irregularidades apontadas nas vistorias; - Elaborar check-list de vistoria; - Elaborar cronograma de vistorias periódicas nos depósitos de insumos intermediários.
<b>Plano de</b>	

Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O que?	Quem?	Quando?
	Elaboração e inclusão de metodologia no PF016-33	Coordenação de Silvicultura e P&D	30/11/2018
	Check-list de vistoria	Coordenação de P&D	30/11/2018
	Cronograma de visitas	Coordenação de Silvicultura	30/11/2018
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito: o plano de ação corretiva foi aceito e está alinhado à causa raiz identificada pelo EMF, além disso, evidências de implementação da ação imediata foram apresentadas. <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)		
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):		
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)			
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)			
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)		

<b>Constatação Número: 2018-04</b>	
<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	5.1.a
<b>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> A empresa está em processo de expansão dos plantios florestais, para atendimento ao projeto de expansão da planta fabril de celulose do grupo. Foi verificado que a empresa já possui o processo de licenciamento ambiental para essa atividade e que um EIA RIMA foi elaborado identificando os possíveis impactos socioeconômicos da expansão e que um Programa de Comunicação Social (datado de 2018) foi desenvolvido para minimizar alguns impactos identificados. Apesar disso, a matriz de impactos socioeconômicos do EMF ainda não contempla os impactos identificados no EIA RIMA, nem mesmo as medidas preventivas e mitigadoras a serem tomadas, para	

que a expansão dos plantios ocorra de forma a minimizar impactos sociais e econômicos negativos sobre a comunidade local.	
<b>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> Relatório de Gestão Social de 2017; Programa de Comunicação Social 2018.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
<b>Ação Imediata</b> (quando aplicável)	
<b>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</b>	
<b>Ação Corretiva determinada pelo EMF</b> (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
<b>Plano de Implementação da Ação Corretiva</b> (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
<b>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva</b> (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)
<b>Prazo para implementação da ação corretiva</b> (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação</b> (ou ação de melhoria)	
<b>Revisão da SysFlor</b> (Análise de eficácia)	
<b>Situação atual da NC/OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

**Constatação Número: 2018-05**

**Selecione uma:**  NC maior  NC menor  OM



<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	<b>5.2.b</b>
<b>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> Foi evidenciado que a empresa possui programas de divulgação e canais de diálogos implementados e que, recentemente, realizou uma série de comunicados relacionados à aquisição do EMF pela RGE (Royal Golden Eagle). Nessas comunicações foram abrangidos os seguintes públicos: colaboradores, clientes, parceiros, fomentados e fornecedores, conforme evidenciado nos respectivos comunicados. Contudo, identificou-se em consultas às partes interessadas que ainda existem dúvidas e questionamentos a respeito do programa de fomento florestal desenvolvido pela empresa.	
<b>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> Comunicado Código 4394 realizado aos parceiros e fomentados da Lwarcel; listagem de e-mails encaminhados (39 fomentados e 162 parceiros); entrevista com responsável e registro fotográfico do comunicado realizado a funcionários; comunicação em mídias (por exemplo: blog Lwarcel, jornais locais (Lençóis Paulista e Bauru), Jornal Valor Econômico).	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
<b>Ação Imediata</b> (quando aplicável)	
<b>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</b>	
<b>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria)</b> (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
<b>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria)</b> (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
<b>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)
<b>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):

<b>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</b>	
<b>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</b>	
<b>Situação atual da NC/OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

<b>Constatação Número: 2018-06</b>	
<b>Selecione uma:</b> <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
<b>NC/OM emitida para</b> (quando mais de uma UMF):	
<b>Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<b>Indicador(es) Cerflor:</b>	Portaria Inmetro 547/2012 – Tratamento de Reclamações, item 7.1
<b>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> A empresa apresentou o procedimento PF042-33 que descreve os canais de diálogo, os respectivos responsáveis, assim como, o processo de tratamento de reclamações. Apesar disso, não foram definidos prazos para tratativa das reclamações, inclusive para o Inmetro, como prevê a Portaria Inmetro 547/2012, item 7.1.	
<b>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</b> PF042-33; planilha “Registro dos Atendimentos às Solicitações/Demandas e Reclamações da comunidade”.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
<b>Ação Imediata</b> (quando aplicável)	Como ações imediatas para tratativa da Não Conformidade apontada, foi incluído no PF042-33 (Minimização e/ou mitigação de impactos Sociais durante as Operações Florestais) o item 6 (“Prazos”), que considera os prazos para o processo de tratativas das reclamações, assim como foi incluído na planilha de “Registro das Ações Sociais e dos Atendimentos às Solicitações, Demandas e Reclamações da Comunidade”, uma coluna para inclusão dos prazos estipulados.
<b>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</b>	Utilizou-se o método dos “5 Porquês” para realizar análise de causa raiz da não conformidade e concluiu-se que devido o processo de tratativa das reclamações ser acompanhado e cobrado periodicamente pelo setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), até o momento não havia sido identificado a necessidade de definição de prazos.
<b>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria)</b> (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Definiu-se como ação corretiva para a Não conformidade apontada, um treinamento de reciclagem do PF042-33 revisado, para os colaboradores envolvidos nas tratativas das reclamações, que contempla como deve ser realizada a tratativa, assim como o acompanhamento dos prazos, que será realizado pela equipe de P&D.

<b>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria)</b> <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	<b>O que?</b>	<b>Quem?</b>	<b>Quando?</b>
	Treinamento de reciclagem	Coordenação de P&D	07/12/2018
<b>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito: o plano de ação corretiva foi aceito e está alinhado à causa raiz identificada pelo EMF, além disso, evidências de implementação da ação imediata foram apresentadas. <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i> :		
<b>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</b>	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):		
<b>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</b>			
<b>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</b>			
<b>Situação atual da NC/OM:</b>	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>		

## 5. DECISÃO DA CERTIFICAÇÃO

<b>Recomendação de Certificação</b>	
<b>A Certificação CERFLOR deve ser concedida ao EMF, sujeita à implementação das ações corretivas definidas para as NC menores apresentadas na Seção 4</b>	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
A equipe de avaliação da SYSFLOR faz a recomendação acima para certificação com base na plena e própria execução dos protocolos de avaliação da SYSFLOR. Se a certificação for recomendada, o EMF demonstrou satisfatoriamente os itens seguintes, sem exceção:	
A equipe de auditores avaliou o sistema de gestão do cliente e concluiu que o escopo de certificação (ver item 1 acima) está adequado aos requisitos de manejo florestal aplicável.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Com base nos resultados obtidos a equipe de auditores confirma que os objetivos da auditoria foram atingidos.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
O EMF demonstrou que seu sistema de manejo é capaz de assegurar que todas as normas aplicáveis dos padrões sejam cumpridas na área florestal coberta pelo escopo da avaliação.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
O EMF demonstrou que o sistema de manejo está sendo implementado de forma consistente na área florestal coberta pelo escopo do certificado.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Para certificação de UMF-múltipla (ou multi-site) o EMF demonstrou que o sistema de gestão controla as atividades em todos os sites, podendo-se	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A <input checked="" type="checkbox"/>

prosseguir com a abordagem multi-site.

**Comentários:** O EMF demonstra possuir um sistema de gestão florestal - SGI implementado e robusto, com avaliação de impactos ambientais e sociais, com monitoramento de indicadores para verificação de eficácia das medidas mitigadoras empregadas. Todo processo de produção florestal é organizado e normatizado em procedimentos, instruções de trabalho e manuais. O SGI conta com a participação intensa do corpo gerencial e o comprometimento dos colaboradores com os resultados operacionais, incluindo processos de certificação Florestal. Os colaboradores que participaram da auditoria demonstraram conhecimento, segurança e presteza na apresentação das evidências de atendimento aos indicadores dos Princípios e Critérios do Padrão 14.789 (CERFLOR). Outros pontos fortes de destaques verificados durante a auditoria foram:

- Planejamento Operacional Anual: detalhamento de custos, cenários, etc.;
- Programa de Saúde “Quem perde ganha”;
- Índice de Desempenho Socioambiental Lwarcel – IDSAL que permite avaliar o desempenho da empresa e identificar oportunidades de melhorias.